



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE MARÇO DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[José António Ribeiro de Carvalho](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi adiada, após interpelação à Mesa pelo Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), a votação dos Projetos de Deliberação n.ºs [23/XVII/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência — Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.ª (GOV) e [24/XVII/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência — Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa](#)

[Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia. Após abrir o debate, o Primeiro-Ministro respondeu às perguntas dos Deputados [Regina Bastos](#) (PSD), [Pedro Correia](#) e [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 57 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias, para o público que queira assistir aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 1 minuto.*

*Pausa.*

Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o, bem como aos restantes membros do Governo.

Pedia às Sr.<sup>as</sup> Deputadas e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, porque, ainda antes do debate com o Sr. Primeiro-Ministro, temos de fazer aqui a votação de dois projetos de deliberação de concessão de processos de urgência. Pedia que fizessem o favor de se sentarem, enquanto o Governo também o faz.

Então, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, relativamente ao ponto 1 da ordem do dia, que consiste na votação dos Projetos de Deliberação, do PAR, relativamente à concessão de processo de urgência da Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e de processo de urgência da proposta de lei n.º 64/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV), que estão no respetivo guião da ordem do dia...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é só para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, o ponto é simples. Nós fomos, de facto, confrontados com essas duas deliberações e com o pedido de urgência feito pelo Governo, mas parece-me que é uma boa prática parlamentar, quando alteramos a regra que é a regra do normal procedimento legislativo — ainda para mais quando é uma iniciativa do próprio Governo —, que os grupos parlamentares tenham o fundamento da urgência.

Ora, as duas deliberações que nos pedem que tomemos hoje não têm qualquer fundamento. Admito, Sr. Presidente, que o Governo possa apresentar essa fundamentação, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para os dois casos concretos, não só não foi informado pelo Governo, como manifestamente não tem informação adequada para tomar a decisão.

Por isso, eu fazia-lhe um apelo, se fosse da concordância dos grupos parlamentares: o Governo, em 24 horas, pode fundamentar o pedido de urgência e votarmos amanhã, no Plenário de quinta-feira, neste caso.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Algum dos grupos parlamentares se opõe a esta indicação? Não. E o Governo, pela voz do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, também adere. Pronto, então fica esta situação sujeita a votação na próxima sessão.

Então, vamos agora entrar no ponto 1 da ordem do dia, que consiste no debate com o Primeiro-Ministro.

Dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para uma intervenção inicial. Dispõe de 10 minutos para o efeito.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No contexto internacional imprevisível que vivemos, o Governo é sensível ao impacto do aumento dos combustíveis na vida dos portugueses e, por isso, como anunciei aqui por antecipação, tem aplicado reduções temporárias e extraordinárias ao imposto sobre o gasóleo e a gasolina.

A situação exige uma especialidade sensibilidade social, mas também sentido de equilíbrio, de responsabilidade e de prudência.

É com este espírito que vamos continuar a gerir a evolução da situação e é com este espírito que anuncio aqui a decisão que tomámos de: em primeiro lugar, aumentar a comparticipação para 25 € na botija de gás solidária para os próximos três meses,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em segundo lugar, a introdução de um mecanismo extraordinário para o gasóleo profissional, para as empresas de passageiros e mercadorias, que corresponderá a um desconto adicional, sob forma de reembolso, de 10 cêntimos por litro, até 15 000 litros por veículo, e também para os próximos três meses; em terceiro e quarto lugar, de forma permanente, legislação que já estava a ser preparada e que tem também aplicabilidade nestas circunstâncias, em primeiro lugar sobre limitação de preços em situação de crise energética, a ser aprovada amanhã em Conselho de Ministros, e em segundo lugar de proteção de consumidores vulneráveis, com garantia de fornecimento mínimo.

No futuro, atualizaremos, na medida do necessário, as respostas do Estado. Se constatarmos que há efeitos estruturais na evolução da situação, tomaremos as medidas que se mostrarem adequadas.

Quanto à resposta ao impacto da crise das tempestades, estão em execução os apoios prontamente aprovados e em curso a auscultação nacional sobre o PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), que será apresentado em abril, com o objetivo de reconstruir melhor e transformar Portugal com ambição.

O crescimento económico sustentado e a gestão virtuosa das finanças públicas dos últimos dois anos permitem-nos encarar, com margem e confiança, o impacto destas duas crises imprevisíveis.

Não podemos é abdicar da prudência e cair na tentação de querer agradar sempre a tudo e a todos, com medidas insustentáveis e desequilibradas. Seria uma irresponsabilidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, reitero que o objetivo do Governo é resolver os problemas dos portugueses e transformar Portugal — transformar para promover o crescimento económico, que cria emprego e gera riqueza, que, por sua vez, permite aumentar os rendimentos das pessoas e salvaguardar o Estado social.

Creio que nenhum Deputado será contrário a estes princípios. Independentemente da linha partidária e da orientação ideológica de cada um, sei que, neste Parlamento, todos têm o objetivo de melhorar a vida dos portugueses.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Da parte do Governo, isso passa por executar o seu programa e a sua agenda transformadora.

Refiro-vos quatro das diversas propostas reformistas e transformadoras que o Governo tem em curso: a reforma laboral, as migrações, a habitação e o fim do visto prévio do Tribunal de Contas.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre a lei laboral, há quem aponte falta de disponibilidade do Governo para o diálogo. Temos 37 provas do contrário, nos acordos de valorização salarial de múltiplas carreiras na Administração Pública.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos oito meses de diálogo social. Temos 50 reuniões de negociação. Temos — talvez agora mais até —, pelo menos, 76 normas consensualizadas, das quais 28 são da iniciativa direta dos sindicatos.

A negociação prossegue e o Governo já pôs em cima da mesa um novo texto, que é, na prática, uma proposta nova, em respeito precisamente pelo espírito de concertação.

Srs. Deputados, em breve caberá ao Parlamento apreciar e decidir que lei laboral queremos ter em Portugal.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em breve, caber-vos-á a decisão de modificar a posição de Portugal, em termos de atratividade para o investimento, de retenção de talento e de bloqueio potencial ao aumento dos salários.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Somos o 37.º país, em 39 estudados na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), com a legislação laboral mais rígida.

É possível ter uma legislação mais flexível, sem ferir o essencial dos direitos dos trabalhadores. É desejável ter uma legislação mais flexível, para aumentar a produtividade e a competitividade da economia. É possível fomentar mais investimento e fazer subir mais os salários. Seja no *outsourcing*, no banco de horas, nos contratos a termo ou no mecanismo da reintegração, há condições para termos soluções equilibradas.

A evolução que propomos é amiga dos trabalhadores, porque é amiga de melhores salários e é fonte de mais oportunidades.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em 2024, encontrámos o caos na imigração, fruto da extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e do escancarar das portas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em menos de dois anos, resolvemos 400 000 processos acumulados na AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) há anos, pusemos fim à manifestação de interesse, celebrámos o Protocolo de Cooperação para a Migração Laboral Regulada, com as confederações empresariais, criámos a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, reduzimos em 60 % a entrada de imigrantes e aprovámos a nova lei de estrangeiros.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos a avançar com os novos centros de instalação temporária para imigrantes ilegais e esperamos, em breve, que este Parlamento apresente uma proposta revista da lei da nacionalidade, para ultrapassar o veto do Tribunal Constitucional.

E amanhã, amanhã mesmo, o Conselho de Ministros aprovará a nova lei do retorno, que dotará o País do enquadramento legal para o repatriamento célere e humano de imigrantes ilegais.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nas próximas semanas, lançaremos também a nova estratégia de integração de imigrantes.

Será o consolidar de uma transformação estrutural que responde, com humanismo e responsabilidade, às necessidades demográficas e económicas do nosso País e aos desafio de coesão e identidade de Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Noutra frente, na próxima semana, o Conselho de Ministros aprovará a reforma da legislação do arrendamento e do direito sucessório, em particular quanto à venda de imóveis de heranças indivisas.

Na sequência das medidas ambiciosas que aprovámos, para reforçar a habitação pública e mudar a fiscalidade em matéria de construção e arrendamento, estas reformas vão alterar estruturalmente a habitação para os portugueses. Refletem um forte estímulo ao arrendamento e a disponibilização de dezenas de milhares de habitações, que definham há décadas, devido a processos sucessórios infindáveis.

No combate à burocracia, vamos, também nas próximas semanas, avançar com o fim do visto prévio do Tribunal de Contas — uma barreira de segurança burocrática que adia a decisão pública e não previne eficazmente a corrupção.

É uma alteração estrutural, para simplificar e para permitir celeridade na contratação pública, substituindo o controlo prévio, que é muito incomum na Europa, por uma fiscalização *a posteriori*.

Seja no retorno, no arrendamento, na venda de coisa imóvel indivisa ou no fim do visto prévio, as vozes do imobilismo já ecoam na bolha político-mediática.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas eu quero aqui dizer, com frontalidade e lealdade ao Parlamento, que apenas se ousarmos fazer diferente podemos ter resultados diferentes. Lanço, portanto, o desafio às forças políticas para podermos concretizar estas reformas estruturais.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, ou fazemos agora estas reformas estruturais que se impõem, sobretudo neste contexto internacional, que, apesar de instável, é competitivo e é dinâmico, ou mais tarde arriscamo-nos a sofrer disrupções que são bem mais custosas. A nossa história recente tem-no comprovado e demonstrou-o.

Por isso, Srs. Deputados, tenhamos todos — Governo, partidos, parceiros sociais — a coragem de rejeitar o imobilismo e afirmar o reformismo. Façamos juntos e façamos agora as mudanças que vão projetar Portugal para as próximas décadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos então agora para a fase das perguntas dos partidos.

Sendo que o primeiro partido a questionar o Governo é o Chega, presumo que seja o Sr. Deputado André Ventura. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e ao seu Governo.

Vou começar por fazer esta nota prévia: disse, ali de cima, na tribuna, e estamos de acordo, que há uma coisa que temos uma oportunidade histórica para a fazer, que é uma mudança no Estado, pois há muitos anos que não há uma maioria sociológica e política capaz de a fazer.

Mas, então, se isso acontece mesmo, deixe-me dizer-lhe isto: aquele partido que ali está sentado, aqui, nesta dianteira, tomou de controlo o aparelho do Estado nos últimos 50 anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Todos sabemos do que é que estamos a falar: reguladores, tribunais, conselhos superiores — tudo! —, em cada um que se anda, pisa-se um socialista; mesmo nos Governos do PSD, pisam-se socialistas; mesmo quando se tiram pedras, estão lá socialistas; mudam de poder, vão para lá socialistas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E andam a circular há anos. Sempre a mandar da mesma forma, nos mesmos órgãos, isto porque, deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, nós permitimos — porque nós permitimos!

Por isso, antes de o questionar sobre aquilo que mais interessa às pessoas, eu quero ter esta garantia e este compromisso, de que há uma maioria neste Parlamento, uma maioria que não formou um Governo, mas que é uma maioria política, que é uma maioria de direita neste Parlamento.

Tivemos tribunais...

*Protestos do PS e do L.*

Eu sei que quando perdem lugares vocês ficam terrivelmente tramados, mas é assim, é mesmo assim que têm de ouvir!

*Aplausos do CH.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, francamente, não podemos é dizer que temos de mudar, que temos de limpar o Estado, que temos de fazer, mas quando chega o momento para todos os órgãos, da RTP (Rádio Televisão de Portugal) ao Constitucional, eles estão lá metidos e eles estão lá sempre a mandar.

Agora é para as pessoas em casa perceberem o que se passa: o que se passa é que até pessoas do PCP estão em órgãos, tendo do PCP quatro Deputados!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Três!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Três, peço desculpa, pior ainda, três!

O que se passa, e eu vou dizê-lo para que as pessoas percebam, é que até juizes do Constitucional são do PC, mas têm três Deputados.

O País tem de perceber o seguinte: peço desculpa por dizer isto aqui, e por dizê-lo assim, à frente de todos, mas, Sr. Primeiro-Ministro, este é o momento de assumirmos o resultado das últimas eleições e fazer a limpeza que o País precisa naquelas instituições. E eu quero saber se está disponível para isso ou não.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estão com medo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É como na Câmara Municipal de Lisboa!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o que eu posso dizer a propósito das observações e da questão que coloca é muito simples.

Eu creio que os portugueses precisam de confiar nas instituições democráticas do seu País, precisam de confiar no espírito de equilíbrio que é suposto essas instituições poderem demonstrar no seu funcionamento.

Em face disso, da parte do Governo — e creio que não me levará a mal que fale, e eles também não levarão a mal que fale, da parte dos partidos que compõem a coligação que o sustenta —, nós não excluiremos ninguém que tenha a representação da vontade popular para que esse equilíbrio seja alcançado, na forma que, nomeadamente o Parlamento, entender que seja a mais adequada.

Portanto, no meu entendimento, eu posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Estado não é de ninguém. Não tenho nenhuma pretensão de substituir a presença ou omnipresença de alguém pela presença ou omnipresença de alguém diferente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O que nos move — e seremos consequentes com isso — é que a representação da vontade do povo seja salvaguardada. Disso não há dúvida nenhuma. E para ser um pouco mais direto e para o Sr. Deputado não poder retorquir, dizendo-me que eu estou a ser ambíguo, direi que, evidentemente, a representatividade da vontade popular de hoje não é a mesma que era há 5 anos, nem a mesma que era há 10, nem a mesma que era há 20 anos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa é uma evidência à qual ninguém deve fugir.

Dito isto, Sr. Deputado, aproveito aquilo que disse a propósito de um outro partido com representação parlamentar, que se encontra sentado mais ou menos à sua frente, para lhe dizer que, também do meu ponto de vista e do ponto de vista do Governo, não há partidos com representação no Tribunal Constitucional.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou, pelo menos, dito de outra maneira, não há representação partidária no Tribunal Constitucional.

*Protestos do CH.*

O que há é 10 juízes que são eleitos no Parlamento e que, portanto, têm de ser apresentadas as respetivas candidaturas ou proposituras pelos grupos parlamentares.

**Vozes do CH**: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E que esse processo deve atender ao relacionamento interpartidário no respeito pelo equilíbrio das forças políticas e no respeito pela representação da vontade do povo português. É assim que, da parte do Governo, nós entendemos o processo, e será seguramente assim que os partidos representados nesta Câmara que apoiam o Governo agirão, em termos de comportamento, no processo que está em curso na Assembleia da República.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular a segunda pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, espero que isso signifique que vamos finalmente ver-nos livres de uma tralha que encheu o Estado em muitos locais nos últimos anos, e desculpem-me por usar esta expressão...

*Protestos do PS e do L.*

Em muitos locais. Os senhores sabem que isso é verdade, encheram o aparelho do Estado, controlaram o aparelho do Estado, tentaram controlar o aparelho do Estado,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a Câmara de Lisboa?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... tentaram controlar a Justiça e eu tenho o dever de vos dizer isto aqui — o vosso tempo acabou, o vosso tempo a fazer isso acabou!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses estão, neste momento, face à situação de guerra que decorre no Médio Oriente, numa situação em que, efetivamente, há muito tempo não estavam.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Trump abriu uma guerra!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Temos o maior aumento significativo no cabaz alimentar dos últimos anos, penso até que atingiu o valor mais elevado das últimas décadas. O Governo tem de agir nesta matéria, não pode ficar a olhar. Mesmo se olharmos para a subida do gasóleo e da gasolina, e para a brutalidade que foi nos últimos dias, Portugal é o 11.º país da Europa onde o gasóleo mais aumentou — o 11.º país da Europa! E é o 13.º país onde a gasolina mais aumentou. Mas a regra do Governo dos 10 cêntimos não se aplicou à subida da gasolina e permitiu que o Estado, neste momento, esteja a lucrar verdadeiramente com a guerra.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Estado está a lucrar milhões com os combustíveis em Portugal.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, eu compreendi as medidas que anunciou aqui hoje, embora também tenha de lhe dizer que é sempre no dia a seguir ao debate que aqui vem dizer isso. Há sempre um Conselho de Ministros no dia a seguir ao debate... ao debate parlamentar.

*Risos de Deputados do PSD.*

E é sempre aí que vai fazer tudo o que não fez durante dois ou três meses. É sempre aí que vai fazer tudo.

Por isso, eu vou fazer-lhe as perguntas diretamente. Pergunta um: está ou não disponível para avançar com o IVA zero (imposto sobre o valor acrescentado) do cabaz alimentar? Pergunta dois: está ou não disponível para suspender a taxa de carbono? Não faz sentido nenhum, num momento em que as pessoas pagam uma brutalidade de impostos sobre os combustíveis, estar a pagar uma taxa de carbono porque Bruxelas quer. Está ou não disponível para suspender a taxa de carbono? E está ou não disponível para dar acesso ao gasóleo profissional a sectores que neste momento estão a asfixiar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... como os táxis, os bombeiros e as indústrias, cujos gastos já são, às vezes, de 40 % da energia?

Não estou a fazer-lhe perguntas de separação nem abstração, pois são muito concretas: IVA do cabaz alimentar, suspensão da taxa de carbono, gasóleo profissional. Era isso que as pessoas hoje gostavam de ver respondido e é isso que lhe pergunto aqui.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, a marcação dos debates quinzenais compete ao Parlamento, e têm sido à quarta-feira; o Conselho de Ministros, invariavelmente, reúne à quinta, com uma ou outra exceção, mas normalmente é à quinta-feira.

*Risos do Deputado do CH André Ventura.*

E, portanto, é natural que eu possa, quando é oportuno, antecipar uma ou outra das matérias que estão em discussão no seio do circuito de preparação dos Conselhos de Ministros, e eu hoje até mencionei aqui não só o que vai acontecer amanhã, como o que vai ocorrer já nas próximas semanas.

Sobre o aumento dos combustíveis, eu presumo que o Sr. Deputado, ao mencionar, creio, o 13.º lugar e... já não me recordo exatamente...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o 11.º e o 13.º.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... 11.º e 13.º, que não corresponde exatamente à ordenação que tenho aqui, mas que é sensivelmente diferente desta que o Sr. Deputado publicou nas redes sociais. Eu entendo que aquilo que o Sr. Deputado aqui quis fazer foi um pedido de desculpas encapotado pelas mentiras que continua a espalhar nas redes sociais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isto porque o Sr. Deputado escreveu que era escandaloso e que o aumento dos combustíveis devido ao conflito no Irão, em Portugal, era o 1.º na Europa, com uma distância que era avassaladora face aos demais.

Portanto, Sr. Deputado, fica-lhe bem, corrigiu, foi um lapso, com certeza que daqui para a frente o Sr. Deputado vai ter mais cuidado ao utilizar esses números.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado André Ventura, sobre as questões que coloca, direi agora o seguinte: quanto à questão do mecanismo extraordinário para o gasóleo profissional, relativamente à questão dos táxis, está integrada na medida que anunciei há pouco, porque se trata, precisamente, do transporte de passageiros. Eu não tinha mencionado, mas nós integraremos também as associações humanitárias de bombeiros, podendo usufruir deste desconto adicional, que eu quero aqui, já agora, clarificar: é um desconto adicional face ao outro desconto que está em funcionamento para todos os consumidores em sede de ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), que neste momento ronda os 6 cêntimos porque já operou em duas semanas consecutivas, visto que, face ao preço que nós tínhamos determinado na última semana em que aqui estive, houve dois aumentos que superaram, face a esse preço, os 10 cêntimos. E, portanto, enquanto isso perdurar, o mecanismo que está em funcionamento é a devolução de todo o excesso de IVA que resulta desse aumento.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, é inaplicável a acusação de que o Governo está a ganhar ou a arrecadar mais receita fiscal em função do aumento. É precisamente o contrário.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está com o ISP!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O ISP tem um valor fixo, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A receita está no valor mais alto de sempre!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O ISP tem um valor fixo e, portanto, naquilo que depende do aumento do preço — seja sobre o produto, seja sobre o ISP —, o IVA é devolvido na íntegra aos consumidores, desde que o preço supere os 10 cêntimos, desde a semana em que aqui estive, há 15 dias.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não é isso! Está no valor mais alto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, portanto, Sr. Deputado, nós entendemos que é uma resposta. Com certeza que não é uma resposta que consegue acudir a todas as repercussões de aumentos de preços que nós temos vindo a sentir por estes dias. Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte: nós acrescentámos hoje a comparticipação com mais 10 euros na botija de gás solidário, que passa de 15 para 25 euros; nós acrescentámos mecanismos de proteção dos consumidores de energia elétrica, nomeadamente os mais vulneráveis, garantindo que têm sempre um fornecimento mínimo assegurado; nós aprovámos legislação para podermos atuar em casos de situação de crise energética ao nível da fixação de limite de preços; e nós estamos disponíveis para poder continuar a acompanhar a situação, como eu disse, sendo que com equilíbrio, com ponderação, poderemos calibrar as medidas que forem necessárias para que, do ponto de vista social e económico, o País enfrente mais esta adversidade.

Agora, Sr. Deputado, nós precisamos todos de ter sentido de equilíbrio e de responsabilidade. Nós não temos, nenhum de nós, a certeza de quanto tempo vai durar esta crise, de qual a expressão que vai ter, qual a oscilação que os mercados vão introduzir, seja no preço do petróleo, seja mesmo do ponto de vista da inflação em todas as cadeias de abastecimento. Teremos, inevitavelmente, que ir gerindo a evolução da situação e, portanto, é natural que nos próximos debates, se eles forem à quarta-feira, eu possa anunciar ou o que se decidiu na quinta-feira anterior ou na quinta-feira futura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, é sempre no dia a seguir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, se os Srs. Deputados marcarem o debate para sexta-feira, talvez eu possa dizer aquilo que decidimos na véspera.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faz favor, para continuar com as perguntas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, o que eu estava a dizer-lhe era isto, e isto é uma evidência.

*O orador exibiu um documento.*

Pode ver aqui, não é das minhas redes sociais, portanto talvez seja o Sr. Primeiro-Ministro que esteja equivocado. A receita do ISP está no nível mais alto de sempre. Os senhores estão a lucrar com esta crise, estão a tirar dinheiro desta crise.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas eu vou voltar a devolver-lhe a pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, para a qual gostava de ter uma resposta direta: está ou não disponível para a suspensão da taxa de carbono? Porque esta é uma questão que já aconteceu no passado e não há razão nenhuma para que não volte a acontecer agora. É uma questão que só a agenda verde de Bruxelas quer impor e mais ninguém.

Segunda questão: que apoios é que tem para as empresas — para as empresas, não estou só a falar da botija de gás! —, que neste momento estão a ver o seu custo energético aumentar brutalmente, nomeadamente em termos de gás?

São estas duas perguntas concretas que eu quero colocar.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, reitero aquilo que lhe disse: continuaremos a gerir com equilíbrio e sentido de responsabilidade a evolução da situação.

Neste momento, não há nenhuma razão, ao contrário do que o Sr. Deputado menciona, para alterarmos o funcionamento da taxa de carbono. Não procedemos a nenhuma atualização.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estava a perguntar se vai suspender!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não vamos suspender, neste momento. Não há justificação para suspender. Neste momento, o que se justifica é fazermos a devolução integral do acréscimo de receita de IVA, que decorre do aumento do preço dos produtos petrolíferos. É isso que estamos a fazer.

Mediante a evolução que houver no preço, no mercado e também no funcionamento das cadeias de abastecimento dos vários bens, poderemos vir a tomar medidas adicionais. Não estou a dizer-lhe que isso não possa acontecer, pode vir a acontecer; não vamos é antecipar uma crise, se houver, entretanto, uma evolução positiva ou favorável do ponto de vista económico.

Portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado, estamos ao lado das empresas: estamos a facultar-lhes linhas de crédito, do ponto de vista da tesouraria; estamos a facultar-lhes também o apoio por via da diminuição da carga fiscal sobre os combustíveis, por via da carga fiscal, em particular do transporte de mercadorias e, portanto, Sr. Deputado, estamos a calibrar a situação mediante a fase em que nos encontramos, disponíveis para poder, no futuro, ir mais longe, se se justificar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, acho que é francamente insuficiente o que está a fazer, neste momento, para ajudar as pessoas, num dos momentos que, é verdade, não foi culpa do Governo, não foi culpa de ninguém neste País,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não, neste País foi!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas que aconteceu, e em relação ao qual o Governo devia agir e não o está a fazer apropriadamente.

Deixe-me perguntar-lhe sobre o encerramento de serviços de saúde. Nos últimos dias, temos tido múltiplos serviços de saúde encerrados. Em Vila Franca de Xira voltámos a ter na rua quer os utentes, quer os autarcas — alguns deles do PSD —, a protestar contra o encerramento de urgências.

Já tínhamos tido no Barreiro, já tínhamos tido no Hospital Garcia de Orta uma série consecutiva de encerramentos. Uns a Sr.<sup>a</sup> Ministra diz que é por falta de especialistas, outros é por falta de meios. A verdade é esta, Sr. Primeiro-Ministro: recorde-me de, quando entrou, ter dito que a sua prioridade era garantir serviços de saúde em todo o território. Iria fazer o que o PS não fez: evitar afastar pessoas competentes e evitar que esses serviços saíssem de perto das pessoas. Pois, neste momento, o resultado do seu mandato é este: dois serviços encerrados definitivamente, sete encerrados temporariamente e ainda nove serviços com urgências rotativamente encerradas.

Vou repetir — podem ir ver às redes sociais também! —:...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... dois encerrados definitivamente, sete encerrados provisoriamente e nove encerrados rotativamente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, isto é o contrário daquilo que nos disse! Disse-nos que ia melhorar a saúde, mas está a torná-la cada vez mais difícil e menos acessível para as pessoas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pior! É pior!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ou então, explique-me lá como é que vai dar mais saúde às pessoas, ao encerrar-lhes o serviço que está ao pé de casa?

E olhe, não sou eu que o digo, são autarcas do PSD a dizê-lo: «É um caos e um erro.»

*Aplausos do CH.*

Acho que era bom...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Fazer reformas é assim!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 15 segundos, mais 15 de tolerância, para responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós damos-lhe 10 segundos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, como sabe, para problemas excecionais têm de se procurar soluções excecionais.

O problema da resposta de urgência em obstetrícia na região de Lisboa e da Península de Setúbal não tem, neste momento, solução por parte do reforço de recursos humanos. Não tem. Quem lhe disser o contrário está objetivamente a mentir.

*Protestos do PS.*

A centralização da urgência é defendida por todos os técnicos que estudaram esta matéria. Nós não...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, terminou o tempo. Só vou clarificar: o partido que está a questionar é o único que pode ceder ao Governo tempo que tenha disponível para o Governo poder responder, assumindo que o Governo aceita, como é óbvio, essa indicação. É esta a regra.

Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Chega está a informar a Mesa de que cede 30 segundos do seu tempo ao Governo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isto é de boa-fé! É bom ambiente!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o Governo passa a ter, com a multiplicação do tempo, 30 segundos, ou seja, 15 segundos mais os 15 segundos da tolerância, que é recorrente nestas situações.

O Governo aceita, portanto, peço que se faça esse ajuste. São 30 segundos que são acrescentados. O Governo tinha 15 segundos, passou a ter os 15 segundos e ainda beneficia dos 15 segundos de tolerância. Sempre foi assim feito, será feito assim agora também.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O tempo negativo não conta, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, só para completar o raciocínio: continua a haver acompanhamento de grávidas no hospital de Vila Franca, no hospital do Barreiro; há consultas; há partos; há urgência, do ponto de vista interno do hospital, não há urgência externa.

*Protestos do PCP.*

E toda a população atingida tem uma previsibilidade relativamente ao serviço de urgência que está disponível. Isto é resolver o problema das pessoas de uma forma excecional, face a uma situação que é também excecional no território.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O nariz a crescer! O nariz a crescer!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para continuar a formular perguntas, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, é insustentável ter serviços, como acontece neste momento, em que as pessoas de Benavente têm de se deslocar a Loures para irem a uma urgência.

É um exemplo da tal descentralização. Está a obrigar as pessoas, no usufruto do seu direito mais fundamental, para ter acesso a saúde, a terem de fazer centenas ou dezenas de quilómetros. Isso está errado, objetivamente.

Sr. Primeiro-Ministro, queria usar este último momento no debate para me referir a um assunto que não é competência direta sua nem do Governo, mas merece que este Parlamento se pronuncie sobre ele, que se prende com a reforma do antigo Governador do Banco de Portugal Mário Centeno.

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

O que sabemos hoje é verdadeiramente imoral e é verdadeiramente chocante. Vou-lhe mostrar aqui — penso que hoje toda a gente viu isto —: «Reforma de Mário Centeno é de 10 000 €.»

*O orador exibiu jornal com a notícia citada.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Até aqui, enfim, não sei, mas neste valor. Mais grave que isto, é que trabalhou 20 anos, mas contará 35 anos para a sua reforma.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ao contrário do que dizia!

O Sr. **André Ventura** (CH): — As pessoas que estão a ver e que têm de trabalhar até aos 67 anos — repito, que têm de trabalhar até aos 67 anos! —, veem alguém com 59 sair pela porta dourada com um acordo que não era do seu interesse nem da sua iniciativa, que foi proposto pelo atual Governador para o tirar de lá, por razões ou meramente políticas ou de sombra, ou seja do que for, e acabamos nisto.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O melhor é arrendar quartos a imigrantes a 600 € cada um! Arrendar quatinhos a imigrantes é o que está a dar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Hoje, muitas das pessoas que ganham pensões de 300 € e 400 € olham para isto e pensam: como é que alguém tem uma pensão destas, fora da idade em que a deveria ter? É que o dinheiro do Banco de Portugal pode ser de um fundo autónomo, mas é dinheiro público! É dinheiro da tutela pública!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pergunta lá à Livermore!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E é dinheiro para investimento público, não é dinheiro para andar a fazer acordos atrás das costas, não é dinheiro para andar a fazer acordos escondidos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Quanto é que ganha a Livermore?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, queria pergunta-lhe — e na próxima ronda ou na próxima intervenção terá, certamente, possibilidade de responder — se soube do que aconteceu e se está disposto ou não a que acabemos aqui, no Parlamento, com o Grupo Parlamentar do PSD, com situações iguais a estas, para que isto não volte a acontecer. Para todos os reformados do País isto é uma vergonha!

*Aplausos do CH, de pé.*

**Vozes do CH:** — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que grande *TikTok*! Isto deu um *TikTok* de categoria!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, temos de continuar o debate.

Vamos passar à segunda ronda de perguntas.

Antes de passar a palavra ao próximo Sr. Deputado, e porque estão as nossas galerias cheias, aproveito para anunciar à Câmara que estão presentes alunos e professores da Escola Secundária da Trofa, alunos e professores da ELSA (European Law Students' Association) Lusófona Lisboa, alunos e professores do Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva, do Barreiro, alunos e professores do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira, alunos e professores da Escola Profissional Gustave Eiffel, da Amadora, alunos e professores do Colégio Militar, de Lisboa, alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica, alunos e professores da Escola Secundária de Pinhal Novo, grupo de autarcas e ex-autarcas do concelho de Amarante, um grupo de Mulheres Socialistas do Seixal, e um grupo de 90 pessoas da região de Seia, cujo dia do município, como sabem, é hoje assinalado aqui, na Assembleia da República.

*Aplausos gerais, com Deputados do CH de pé.*

O Sr. **Presidente:** — Agora, para o conjunto de perguntas do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não poderia deixar de, em primeiro lugar, dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros que há momentos em que estamos de acordo.

Queria dizer-lhe que estou de acordo com a posição que foi tornada pública, por parte do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre a não-participação de Portugal nas operações que se preveem para o Estreito de Ormuz. É, portanto, uma posição com a qual estamos de acordo e não poderia deixar de o anunciar aqui.

Queria, em segundo lugar, lamentar a intervenção do Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É bom sinal, é sinal de que foi boa!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não deixa de ser curioso que aquele que vem atacar os outros pelos lugares, a primeira questão que traga a este Parlamento seja, precisamente, a dos lugares.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

Já agora, como Secretário-Geral do PS,...

*Protestos do CH.*

Srs. Deputados, pedia mais tranquilidade, porque a serenidade também é sinal de coragem. A tranquilidade é sinal de coragem.

*Aplausos do PS.*

Sr. Deputado, como Secretário-Geral do Partido Socialista, e numa convenção autárquica,...

*Protestos do CH.*

... dei orientações políticas aos autarcas do PS para que procurassem garantir um conjunto de valores e de princípios...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O princípio é gamar! É tudo a gamar!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... na condução do poder local. Portanto, Sr. Deputado André Ventura, recomendo que sugira aos seus candidatos e aos seus eleitos que honrem os mandatos que o povo lhes deu e que não se entreguem nas mãos dos outros partidos por todo o País. Era um grande contributo para a democracia!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São vocês a roubar carros!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Calados!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Era um grande contributo.

Sr. Primeiro-Ministro...

*Protestos do CH e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço que aguarde, a contagem do seu tempo está parada. Srs. Deputados...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a bancada do PS!

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, o Chega também tem de se habituar a ouvir a crítica dos outros, tal como faz a sua crítica.

*Protestos do CH.*

Srs. Deputados, está o Sr. Deputado José Luís Carneiro no uso da palavra e vai poder usá-la nas mesmas condições em que a usou o Sr. Deputado André Ventura.

Faça favor, Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, todos os que somos eleitos, somos uma parcela da soberania popular, e o que mais devemos sublinhar é a importância de honrar os mandatos políticos que nos dá o povo para, em seu nome, representarmos aquilo que defendemos.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH e contraprotestos do PS.*

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, queria dar-lhe conta do seguinte: certamente o Sr. Primeiro-Ministro tem consciência de que não chega anunciar medidas e anunciar intenções. A propósito dos apoios aos efeitos das tempestades no nosso País, foi com estupefação que verifiquei que nas palavras do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, das 18 000 candidaturas, apenas 200 famílias até agora foram beneficiárias de apoios. Portanto, aquilo que quero, Sr. Primeiro-Ministro, é que garanta o acompanhamento e a monitorização, para que não falem os apoios às famílias, aos trabalhadores e às empresas que estão a sofrer os efeitos da incapacidade do Governo para responder.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Primeiro-Ministro, há 15 dias, disse aqui que era muito importante que o Governo preparasse um conjunto de medidas de apoio para proteger as famílias, as empresas e a economia nacional dos efeitos mais do que expectáveis da guerra no Médio Oriente.

O Sr. Primeiro-Ministro, aqui no Parlamento, disse-nos que as medidas para o ISP seriam suficientes.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não, não!...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Eu queria lembrar, Sr. Primeiro-Ministro, o seguinte — e vou falar muito devagar para poder ser escrutinado naquilo que vou dizer: as medidas que o Sr. Primeiro-Ministro adotou para o imposto sobre os produtos petrolíferos não cobrem o aumento dos combustíveis em resultado da inflação que advém da guerra no Médio Oriente.

Mas há mais, Sr. Primeiro-Ministro, há mais...

*Protestos do PSD e da IL.*

Os Srs. Deputados do Partido Social Democrata querem uma novidade. Pois é, a novidade é esta: hoje, os impostos e as taxas sobre os custos com os combustíveis são superiores às taxas e aos impostos de abril de 2024, quando o Sr. Primeiro-Ministro tomou responsabilidades governativas.

*Aplausos do PS.*

Sr. Primeiro-Ministro, queria, por isso, dar-lhe nota de uma outra informação importante: as propostas que aqui apresentou, nomeadamente as relativas ao gás de botija para apoiar as famílias, apenas incluem as famílias que já hoje são abrangidas pela tarifa social, o que significa um apoio a cerca de 105 000 famílias; mas há 2 milhões e meio de famílias que são afetadas pelos custos do gás de botija.

Pergunto: está ou não disponível para apoiar o conjunto das famílias com uma redução de, pelo menos, 10 % sobre o custo do gás, que afeta as famílias e as empresas?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, registo e cumprimento o Partido Socialista pela convergência de posições em matéria de política externa, o que, aliás, se alinha muito com aquela que é a tradição democrática do nosso País.

Relativamente aos apoios que estão em funcionamento em resposta à tempestade *Kristin* e ao conjunto de intempéries que assolaram o nosso País, queria dizer-lhe que o Governo tem feito tudo para que esses apoios possam chegar às famílias e às empresas com a maior celeridade possível.

Temos feito tudo no sentido de criar poucas regras, de ter a menor burocracia possível, mas todos compreenderão que tem de haver um controlo mínimo e, uma vez que foram afetados muitos milhares de portugueses, de famílias e de empresas, esse controlo mínimo tem demorado, porque os operacionais que temos no terreno são os operacionais das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, são os operacionais das câmaras municipais e são agora também muitos operacionais que se disponibilizaram — também com a proatividade do Governo —, do ramo das engenharias, de empresas privadas, que estão mobilizados para esta região para poderem fazer a verificação no terreno dos pedidos formulados.

Nós gostaríamos que isso pudesse decorrer com maior rapidez, e estamos a fazer um esforço nesse sentido, mas, Sr. Deputado, há uma coisa que é verdade: nunca, como agora, houve uma disponibilização tão imediata e nunca, como agora, houve também tantos operacionais destacados para poderem fazer este trabalho. Em todo o caso, já são muitos milhares aqueles que tiveram acesso a esses apoios, sejam famílias individualmente consideradas, sejam empresas.

Srs. Deputados, com o reforço que foi feito a nível dos profissionais que conseguimos contratar e que se disponibilizaram, com o apelo que, por estes dias, fizemos às câmaras municipais que foram menos afetadas e que têm mais recursos humanos para poderem também, elas próprias, de forma solidária, emprestar alguns dos seus técnicos àquelas que têm mais dificuldade, estou convicto de que podemos recuperar algum do tempo que, entretanto, passou e podemos fazer chegar esse apoio a quem dele mais precisa.

Sr. Deputado, sobre os efeitos do conflito no Médio Oriente, compreendo que o Sr. Deputado cumpra a sua missão, a sua tarefa de partido da oposição, apresentando as suas ideias, os seus calendários e a sua visão.

Nós ouvimos e, evidentemente, como tive ocasião de dizer há 15 dias, e digo-o agora, nós teremos de fazer uma avaliação ponderada das circunstâncias em cada momento, sabendo que há aqui muita imprevisibilidade, pois não sabemos quanto tempo vai durar esta crise e qual vai ser a magnitude que ela vai trazer.

Se compararmos, por exemplo, com a experiência que os Governos que nos antecederam tiveram por altura do impulso inflacionista que começou algures no verão de 2021 — ainda antes de haver invasão da Ucrânia por parte da Rússia, em fevereiro de 2022 —, por essa altura, primeiro com o início desse impulso inflacionista e, depois, em fevereiro de 2022, com o início da invasão da Ucrânia, repare bem, os Governos do Partido Socialista decidiram uma medida similar a esta — não com a mesma magnitude, era um bocadinho mais modesta, é verdade — e, relativamente à botija solidária, demoraram 35 dias a decidir; nós demorámos 15! Relativamente ao gasóleo profissional demoraram 133 dias; nós demorámos 15! Relativamente ao IVA da eletricidade, demoraram 200 dias, mas, como sabe, nós já na altura na oposição, em contraponto a essa medida, apresentámos um mecanismo automático de compensação da devolução do IVA respeitante ao acréscimo de receita em função do aumento do preço dos combustíveis.

Portanto, nós não demorámos 15, demorámos zero dias! Esta medida está desde o início em funcionamento, enquanto no caso dos Governos do Partido Socialista demorou 200 dias e entrar em funcionamento.

*Aplausos do PSD.*

No caso do chamado IVA zero do cabaz alimentar,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 418 dias!

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... demorou 418 dias.

Portanto, se fossemos a aplicar medidas com um impacto mais ou menos semelhante, nós ainda teríamos à nossa frente um ano e dois meses, mais coisa menos coisa, se percorrêssemos os padrões, os critérios dos Governos que nos antecederam.

Mas não quero entrar aqui nessa competição, cada tempo é o seu tempo. Quero apenas recordar que é preciso equilíbrio e ponderação e, ao recordar isto, lembro que os Governos de então também fizeram a mesma avaliação: foram, com o tempo, modelando as medidas mediante a necessidade, a adequação e a conciliação com os objetivos que devemos preservar, nomeadamente de equilíbrio financeiro do Estado.

De facto, o equilíbrio financeiro do Estado é o que nos permitirá continuar a ter disponibilidade para acomodar estas medidas quando elas são necessárias,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque sem equilíbrio financeiro aumenta o juro da República, aumenta a incapacidade, o custo de irmos aos mercados e, portanto, a disponibilidade reduz-se substancialmente.

Sr. Deputado, nós ouviremos as propostas do Partido Socialista, poderemos analisá-las — e fá-lo-emos, com certeza —, poderemos conciliá-las com a estratégia que já temos desenhada e, obviamente, o Partido Socialista, creio eu, também compreenderá, por experiência própria e melhor do que ninguém, a necessidade que há de sermos responsáveis, de sermos prudentes e de sermos ponderados e equilibrados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu à pergunta que lhe fiz sobre se estaria disponível para reduzir em 10 % o IVA, nomeadamente sobre o gás de botija, o que atingiria 2,5 milhões de famílias. Essa, sim, seria uma medida de justiça, que, aliás, todos os setores, quer os setores ligados às famílias quer os setores ligados aos transportes, estão a reclamar.

Sr. Primeiro-Ministro, verifiquei que na sua intervenção falou daquilo que não levou às eleições, mas não falou daquilo que levou às eleições, ou seja, falou do que não levou às eleições ao falar da legislação laboral.

Sr. Primeiro-Ministro, eu queria deixar claro que considero muito negativo que uma das centrais sindicais tenha sido recebida pelo Chefe de Gabinete da Sr.<sup>a</sup> Ministra e não tenha participado nas reuniões com o objetivo da concertação social.

*Aplausos do PS.*

Aliás, não deixa de ser estranho que o Conselho de Coordenação da Concertação Social, que reúne sob a alçada e a direção do Sr. Primeiro-Ministro, não reúna regularmente com todos os parceiros sociais para construir as soluções de justiça e dignidade que as questões laborais exigem.

Mas esta matéria não foi às eleições e eu queria deixar claro, Sr. Primeiro-Ministro, que, para nós, há matérias especialmente sensíveis. Nós nunca aceitaremos — que fique claro — a precariedade dos mais jovens, a incompatibilidade entre a vida pessoal, familiar e profissional e que se desprotejam os setores mais vulneráveis da sociedade.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Isso nós não poderemos aceitar, Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

Sr. Primeiro-Ministro, nós estaremos disponíveis para atacar os obstáculos ao crescimento e à produtividade da nossa economia,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos de acordo!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... o que significa apostar na qualificação, na valorização do nosso sistema científico e na incorporação de tecnologia nacional na nossa base produtiva.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos de acordo!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Nós estamos disponíveis para esse choque de tecnologia e de qualificação da base produtiva, mas não para desvalorizar e tirar dignidade às condições laborais.

*Aplausos do PS.*

Mas o Sr. Primeiro-Ministro não falou daquilo que tinha prometido nas eleições: responder com eficácia ao Serviço Nacional de Saúde e dar resposta aos cuidados de saúde.

O Sr. Primeiro-Ministro, primeiro, prometeu que em seis meses teria um plano, e depois apresentou um plano para responder a essa emergência pré-hospitalar.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: o que foi feito à proposta que o PS apresentou para garantir uma resposta eficaz à coordenação e à gestão da emergência pré-hospitalar, onde está instalado um caos na resposta à previsibilidade e à segurança da pediatria e da obstetrícia?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, acho que vou aguardar novas intervenções do Sr. Deputado José Luís Carneiro sobre legislação laboral para tentar perceber melhor essa aproximação do Partido Socialista à CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional), isto para não me precipitar, para não me precipitar...!

*Risos e aplausos do PSD.*

*Protestos de Deputados do PS.*

É verdade que já não é novidade, mas talvez possa ter sido apenas uma observação de ocasião e possa não ter substância política subjacente,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem! Não tem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... portanto, ficar-me-ei por aí.

Direi apenas que o Sr. Deputado anuncia aqui a disponibilidade do Partido Socialista para conferir maior capacidade à nossa economia para a mesma ser produtiva, ser competitiva, ser inovadora do ponto de vista tecnológico e, Sr. Deputado, já agora, ter maior capacidade para ser atrativa para recursos humanos. É que não há economia competitiva e produtiva sem bons recursos humanos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E bons salários!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E não há bons recursos humanos se as empresas não forem capazes de investir, se não forem capazes de confiar, se não forem capazes de ter bons instrumentos para poder, de forma transversal, criar oportunidades e, naturalmente, sendo mais rentáveis, poderem pagar melhores salários.

Desse ponto de vista, Sr. Deputado, não é, como sabemos, um bom cartão de visita sermos o 37.º em 39 países em termos de rigidez laboral. Isto não significa que queiramos ofender os direitos essenciais dos trabalhadores. Não significa nada disso! Significa queremos dinamismo e queremos flexibilidade suficiente para que haja confiança no mercado laboral para estimular o investimento, acrescentar fatores de competitividade, poder estimular mais tecnologia, mais inovação, mais contratação de recursos humanos que, por sua vez, tornam a economia mais produtiva, e, tornando-a mais produtiva, podem gerar o rendimento que paga melhores salários.

E se o Sr. Deputado confia neste raciocínio, se confia nesta estratégia, então, está aqui a antecipar uma boa disponibilidade para podermos, também em sede parlamentar, tratar a legislação laboral.

Sobre saúde, Sr. Deputado, não diga que há caos na obstetrícia e pediatria. Não há!

*Risos e protestos do CH e do PS.*

Não há, Sr. Deputado! Há uma dificuldade localizada, que nós — já agora, Sr. Deputado, é verdade! — herdámos dos Governos que nos antecederam.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que fique claro, Sr. Primeiro-Ministro, que, fundamentalmente, do que tratei foi da dignidade da representação dos trabalhadores.

Deve-se aliás ao Partido Socialista, a Salgado Zenha, o princípio de sermos contra a unicidade sindical, porque sempre entendemos que o pluralismo na representação sindical é fundamental. Como bem sabe, os independentes e os sociais-democratas também estão, nomeadamente, na UGT (União Geral de Trabalhadores),...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... mas nem isso impediu que o Sr. Primeiro-Ministro viesse publicamente dizer que o PS instrumentalizava a UGT.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Porque é verdade!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Inaceitável, e falta de cultura democrática.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É que é mesmo verdade!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, antes da guerra, 17 % das famílias viviam em sufoco financeiro, de acordo com a DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor), e o aumento com o custo de vida aumentou mais de 5 % durante este ano.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, está ou não está disponível para o IVA zero no cabaz de bens alimentares essenciais? Essa é a proposta, desde o Orçamento do Estado, que apresentamos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro dispõe de 7 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Carneiro, nós acompanharemos, necessariamente, a evolução dos preços e a repercussão que isso tem na vida das famílias, mas vamos estudar muito bem os efeitos de muitas das decisões. E há decisões que às vezes são generosas na sua apresentação, mas são ineficazes nos seus resultados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, dispõe de 3 segundos para continuar.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é só para relembrar que há 15 dias apresentámos a sugestão política ao Sr. Primeiro-Ministro para que tratasse de garantir resposta ao aumento com os custos dos combustíveis, ao aumento com os bens alimentares e com os custos à habitação. Houve...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Já não se ouve, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eurico, tens de lhe explicar como é que se faz!

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora passar para o terceiro conjunto de perguntas.

Queria só fazer uma referência, porque há bocado não dei a indicação de que também estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores da Escola Secundária da Moita, autarcas da Junta de Freguesia da Moita e alunos e professores da Escola Básica 2,3 Inês de Castro, de Coimbra.

*Aplausos gerais.*

Para fazer perguntas, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me, antes de entrar nas questões que lhe quero fazer, dar aqui uma nota lateral.

Começámos por ouvir, no início da intervenção do partido Chega, o Sr. Deputado André Ventura falar em cargos, cargos, cargos,...

*Protestos do Deputado do CH André Ventura.*

... e numa maioria de direita que, supostamente, tinha agora poder para substituir os socialistas onde quer que fosse.

*Protestos do CH.*

Mas, é interessante que o Sr. Deputado André Ventura só se lembre da maioria de direita para os cargos, porque depois, para as portagens, para as propinas, para a reforma laboral, não tem problema nenhum em fazer maioria com os socialistas!

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tem razão, bem visto! É verdade!

*Protestos do Deputado do CH André Ventura e do Deputado do PS Luís Moreira Testa.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, feito este ponto prévio...

*Continuação de protestos do Deputado do CH André Ventura.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou é para tudo ou não é para nada!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, entrando nas questões que lhe quero fazer concretamente, o País tem um problema que todos conhecemos: crescimento anémico, salários baixos e produtividade insuficiente. Para resolver estes problemas, o País precisa daquilo de que toda a gente tem falado, que são as reformas, mas quando surge uma oportunidade de o fazer todo o sistema político recua. Muitas vezes recua ao Governo, recuam os partidos e recua esta própria Assembleia.

Se nós continuamos a falhar nas reformas, então, temos de olhar para a causa desta incapacidade, e a causa está na forma como o Estado funciona hoje: nas escolhas que faz, nos incentivos que cria e na forma como presta serviços públicos.

Nas últimas décadas, os diferentes Governos prometeram mais e gastaram mais, mas entregam muito menos, deixando uma fatura cada vez mais pesada às gerações futuras.

Sr. Primeiro-Ministro, esta forma de fazer política criou um problema de tal forma descontrolado que está hoje a limitar os portugueses na construção dos seus projetos de vida. O resultado é um País onde trabalhar mais não chega, onde poupar é cada vez mais difícil e onde o futuro passou a ser quase um exercício de sobrevivência.

É neste contexto que surge a única reforma estrutural apresentada por este Governo em dois anos: a reforma laboral.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ei!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, digam lá outra vez que ela está muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Esta reforma evita a questão mais estrutural de todas: não mexe na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. De um lado o setor privado, sujeito à concorrência e à adaptação constante, do outro o setor público, protegido por um regime muito mais inflexível. Esta separação — é óbvio! — cria desigualdades, alimenta a ineficiência do Estado e retira dinamismo à economia.

Uma reforma laboral que ignora o setor público é uma reforma que, inevitavelmente, também está destinada a falhar.

Mas existe ainda um outro problema que tem bloqueado as negociações. O Governo quer fazer uma reforma laboral do século XXI com uma concertação social do século XIX:...

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — ... um modelo fechado, corporativo e que representa apenas 7 % dos trabalhadores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — No fundo, as centrais sindicais representam apenas esta pequena margem de trabalhadores, mas bloqueiam tudo como se representassem a todos. É um sistema que, neste momento, não representa nem os trabalhadores nem a realidade económica em que nos encontramos.

Nós propusemos modernizar este sistema, torná-lo mais aberto, mais plural, mais representativo da economia real. O PSD, partido que suporta o Governo, chumbou-o, o que nos diz, no fundo, tudo: o mesmo Governo que fala de modernização protege ativamente, neste caso, as estruturas do passado.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, três perguntas: vai submeter a proposta de reforma laboral a esta Assembleia da República, mesmo sem acordo da concertação social? Sim ou não?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Quando é que entra na agenda a convergência da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas com o Código do Trabalho? Ou o princípio da modernização aplica-se apenas a quem não tem proteção do Estado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, isso é muito importante para quem está a ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Está disposto a atualizar a concertação social para que reflita, de facto, o mercado de trabalho do século XXI e represente quem hoje trabalha nele e cria valor?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, permita-me um pequeno comentário — não resisto! — à sua nota introdutória, porque permite-me aqui reiterar uma análise que tenho feito e que sei que não é unânime, mas ainda bem, porque a democracia é isso mesmo, de que este Parlamento tem três grandes blocos políticos: um bloco de direita, marcadamente de direita; um bloco de esquerda; e um bloco central.

O bloco central não é do PSD e do PS,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o bloco central é onde a Sr.<sup>a</sup> Deputada se encontra, e que junta o PSD, o CDS e a Iniciativa Liberal.

**Vozes do CH**: — Ah!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora ficámos sentidos!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é porque existem estes três blocos que se conseguem gerar, nesta Assembleia, maiorias diferentes.

O bloco do centro, onde a Sr.<sup>a</sup> Deputada está, forma maioria se se juntar àquele bloco da esquerda, e também forma maioria se se juntar ao bloco da direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o bloco certo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há um que é um bocadinho mais difícil de compreender, mas tem acontecido muitas vezes, que é o que junta os dois extremos: o bloco da direita e o bloco da esquerda.

*Protestos dos Deputados do CH Cristina Rodrigues e Pedro Pinto.*

É verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, era um bocadinho imprevisto, mas têm-se juntado muitas vezes, muitas vezes.

*Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.*

Devo dizer que foi nas portagens — é verdade! —, foi nas propinas, foi no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares)... Não me quer passar pela cabeça que seja na lei laboral, a menos que seja pelo superior motivo de estarmos todos de acordo, os três blocos. Se assim for, será um grande, grande sinal para a sociedade portuguesa.

Se for pela via da rejeição conjunta do bloco da direita com o bloco da esquerda, sinceramente, então é porque o imobilismo está nesses dois blocos, não está no centro político deste Parlamento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — A IL não muda nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a primeira pergunta tem uma resposta que é óbvia: sim, o Governo trará uma proposta de alteração à lei do trabalho a esta Assembleia da República. Trará, se não houver acordo, mas fará tudo — fará mesmo tudo, esgotará todas as possibilidades — para que ela chegue à Assembleia da República com um acordo subscrito em sede de concertação social. Fará tudo!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É isso que está a acontecer, de resto, com sentido de equilíbrio, com sentido de adesão à realidade, com sentido de colocarmos a nossa economia no leque daquelas economias que são atrativas por todos os fatores de competitividade e também pela dinâmica laboral.

Não temos de ir longe demais, não temos de ir àquilo que quiseram adjetivar, de forma absolutamente infundada, injusta, injustificada, como um retrocesso civilizacional.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Um absurdo! Uma falta de noção!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não! Nós estamos a falar de melhorar aspetos que dão segurança e confiança aos agentes económicos,...

A Sr.<sup>a</sup> **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para que eles se possam disponibilizar para investir mais e, investindo mais, possam gerar mais oportunidades. Possam acrescentar produtividade e, por via disso, pagar melhores salários.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, hoje em dia, qual é a economia no mundo que não tem um sistema de *outsourcing* em que empresas especializadas vão prestar serviço a outras, não invadindo o *core business* dessas empresas, a essência dessas empresas? —...

*Protestos de Deputados do PS.*

... prestando aquilo que é o seu próprio *core business*, sendo especializadas e, portanto, potenciando também aos seus próprios trabalhadores carreiras profissionais mais atrativas, para poderem evoluir mais favoravelmente.

Qual é a economia do mundo que não convive com isto?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já há em Portugal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é a economia desenvolvida que não convive com isto?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já há em Portugal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos nós, em Portugal, dizer «não, vamos proibir isto, vamos proibir»?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já há! Já existe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, qual é a economia do mundo que não atende à necessidade de a empresa como um todo, e também do trabalhador, ter um banco de horas individual onde o trabalhador possa num dia trabalhar mais e noutro dia trabalhar menos...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e ser compensado por isso?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Lógico!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, passados três ou quatro meses, poder até «zerar» esse livro aberto de horas para iniciar um novo processo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E se tiver crédito de horas, recebê-las, efetivamente, do ponto de vista de pagamentos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é a economia do mundo que quer ser desenvolvida e não convive com isto?

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Viva o mundo livre, Paulo Raimundo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o mesmo se diga relativamente a contratos a termo, que não devem ser utilizados para evitar a contratação com vínculo permanente; e o mesmo se diga com o mecanismo da reintegração.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Força, deem cabo do resto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, estamos disponíveis para trazer aqui uma proposta que seja concertada com os parceiros sociais, mas teremos sempre uma discussão com os partidos políticos. Isso, efetivamente, vai acontecer.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, quanto à convergência com as normas que regem a Administração Pública, tentaremos fazê-la sempre, já está em curso. Há uma coisa que está em curso: a valorização dos recursos humanos da Administração Pública, para sermos mais atrativos também aí, e uma cultura de mérito na Administração Pública.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me só clarificar que o bloco da Iniciativa Liberal é o bloco das reformas,...

*Protestos do CH.*

... e que para isso o Governo ainda tem de caminhar um bocadinho mais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Da reforma do Centeno, só se for!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Por isso, deixe-me aproveitar para lhe fazer duas perguntas adicionais sobre este tema: o que é que está disposto a deixar cair, o que é que está disposto a sacrificar para garantir o tal acordo na concertação social? Se não conseguir esse acordo, vai trazer a última versão discutida em concertação social ou a primeira?

Adicionalmente, deixe-me fazer algumas perguntas sobre aquilo que anunciou aqui, dos apoios extraordinários para lidar com esta situação da escalada de tensão no Estreito de Ormuz e do aumento dos preços sobre os combustíveis.

Sabemos que, em Portugal, temos uma agravante: mais de metade do preço dos combustíveis que pagamos são impostos — sabemos disso — e, portanto, é óbvio que o Estado não é apenas um espetador sempre que há aumentos dos preços, é também um dos principais beneficiários.

Já sei as medidas que propôs, mas adicionalmente a isso queria só dizer que, em Portugal, nós pagamos, proporcionalmente, uma das cargas fiscais mais elevadas, apesar de sermos cerca de 27 % mais pobres do que a média europeia. Portanto, pagamos impostos como europeus ricos, mas temos salários de país pobre.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vão baixar o IVA, Mariana?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, que estratégia tem o Governo para reduzir a vulnerabilidade de Portugal a estes choques energéticos internacionais?

Fala hoje de um mecanismo de limitação de preços, e eu duvido que isto resolva alguma coisa. Provavelmente, vai criar novos... O que é que planeia fazer nesse aspeto? Repetir as soluções do PS, do Chega ou do PCP?

E, já agora, como é que justifica que, perante aumentos significativos dos preços dos combustíveis, compras e contas, o Estado continue a arrecadar mais receita, sem qualquer mecanismo de compensação para os mais vulneráveis?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor, tem a palavra para responder no tempo disponível, que é pouco.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, é o tempo suficiente para poder dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão que a referência do reformismo em Portugal ainda é a AD (Aliança Democrática).

*Risos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bom! Qual delas?!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Calma! Calma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Iniciativa Liberal tem essa pretensão, mas ainda é muito jovem para poder exhibir esse pergaminho.

Em todo o caso, nós saudamos e contamos com a Iniciativa Liberal para lá chegar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Confesso que, com tantos blocos, estou esperançado que haja um bloco de partos que permita a eleição dos órgãos para o Tribunal Constitucional, para o Conselho de Estado e para...

*Risos.*

Tenho essa esperança, de termos aqui um bloco de partos...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É preciso é em Setúbal!

O Sr. **Presidente**: — ... que vai, com certeza, consegui-lo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Bloco de partos, é melhor esquecer!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, tem a palavra para formular perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro — permita-me, Sr. Presidente da Assembleia da República, pois acho que muitas grávidas pelo País o ouviram e pensaram que era um bloco de partos literal, perto de casa, onde pudessem ter os seus filhos em segurança —, tudo se pode resolver, desde que haja vontade comum de servir o nosso País, e, com respeito aos órgãos externos, também isso pode acontecer.

Este debate começou com o Deputado André Ventura querendo colocar representantes do seu partido nos órgãos externos, em particular no Tribunal Constitucional. De facto, o historial do Chega, quando se trata de finalmente fazer as suas nomeações para os seus tachos — como o próprio Chega chama —, seja a nível local ou nacional, é um historial brilhante.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tachos têm vocês!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estamos todos à espera de ver qual é o Miguel Arruda que vai ser nomeado para o Tribunal Constitucional,...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... qual é a Mafalda Livermore que vai ser nomeada para o Tribunal Constitucional.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah, pois!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, Livermore! Porque aquilo que o Chega quer é sempre *more, more, more*.

*Continuação de protestos do CH.*

Falou-se aqui como se o povo, depois de se ter pronunciado em legislativas, nunca mais se tivesse pronunciado eleitoralmente.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chama a Joacine!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pronunciou, e vocês tiveram zero!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tiveram 0,6 %!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chama a Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora, sabemos todos que isso não é verdade. E onde não houve...

*Protestos do CH.*

Repito, onde não houve, eleitoralmente, voto a voto, uma maioria de dois terços de portugueses —...

*Continuação de protestos do CH.*

... eu sei que isto irrita a extrema-direita — a votar nesse tal bloco da direita...

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos parar o tempo.

*Continuação de protestos do CH.*

Ó Srs. Deputados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o que é isto? Este gajo está onde?!

O Sr. **Presidente**: — ... da mesma maneira que dizem que há uma extrema-esquerda, que não é considerada esquerda, que é um bloco de esquerda, também é legítimo que alguém diga que é uma extrema-direita, embora não se considerem de extrema-direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é nada!

O Sr. **Presidente**: — É assim a vida democrática.

*Protestos do CH.*

O Sr. Deputado Rui Tavares está no uso da palavra,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Só diz disparates!

O Sr. **Presidente**: — ... faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aliás, é para mencionar uma coisa que é matemática e que não tem sido comentada em lado nenhum: é que esse bloco da direita que tem dois terços de mandatos adquiridos— legítimos e respeitados —,...

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — É a democracia!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... não teve dois terços dos votos;...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E nas presidenciais, quanto é que tiveste?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... no entanto, mais recentemente, houve uma maioria, essa sim de mais de dois terços dos votos, que votou num Presidente da República...

*Risos e protestos do CH.*

... e que deixou bem claro o que é que prefere:...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sabem lá o que é 33 %!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... uma maioria constitucional...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Ó Srs. Deputados...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Literalmente, o pior candidato!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, têm de ouvir! Têm de ouvir.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Estão nervosos?!

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **Presidente**: — Têm de ouvir!

Quando o Sr. Deputado André Ventura diz que é preciso uma limpeza ali, os Srs. Deputados têm de ouvir a mesma coisa de quem quer uma limpeza aí. É a mesma coisa!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Ninguém falou em limpeza!

O Sr. **Presidente**: — É assim, é da vida.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só que não é a mesma coisa, Sr. Presidente, porque a Constituição não diz em lado nenhum que os juizes do Tribunal Constitucional têm de ser de partidos.

*Protestos do CH.*

Diz que têm de ser eleitos no Parlamento!

*Aplausos do L.*

*Protestos do CH.*

E no Parlamento há diferentes maiorias de dois terços.

*Aplausos do L.*

Podem contar com o Livre...

*Risos do dos Deputados do CH André Ventura e Rita Matias.*

... para conter a extrema-direita, porque faz parte dessa maioria.

O repto que lanço ao Governo é: está disponível para uma escolha de perfis técnicos,...

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

... publicamente prestigiados, transparente, que passe por este Parlamento e que não seja partidarizada? É essa a pergunta que faço.

*Aplausos do L.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Contar com o Livre para quê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O pior candidato presidencial!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder à pergunta feita.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares,...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado Rodrigo Taxa, não foi a si que foi feita a pergunta. Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chama a Joacine!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tenho, ao longo destes debates, muitas vezes respondido não apenas na circunstância em que aqui estou — como Primeiro-Ministro e líder do Governo —, mas também como líder do Partido Social Democrata, porque acho que as coisas são indissociáveis. Desse ponto de vista, em muitas ocasiões, como foi o caso no início deste debate, não me eximi a dar uma posição que é, no fundo, mais do meu partido do que propriamente do Governo, porque o Governo não intervém neste procedimento.

Portanto, posso dizer ao Sr. Deputado Rui Tavares aquilo que disse há pouco, reiterando que o que referi é o nosso entendimento: as eleições que decorrem no Parlamento para o Tribunal Constitucional elegem 10 juizes, com a determinação que a Constituição prevê, entre a obrigatoriedade de alguns deles terem de ser magistrados de carreira e de outros não terem essa obrigatoriedade. Os Srs. Deputados conhecem esse procedimento muito melhor ou tão bem como eu.

Aquilo que posso desejar é que a ponderação que o Parlamento está a fazer entre as bancadas produza uma decisão que possa compaginar, simultaneamente, a escolha de pessoas que são credíveis, que são manifestamente meritórias do ponto de vista das suas habilitações e qualificações, e a iniciativa de as propor — é apenas essa a participação que compete aos partidos, a iniciativa de as sugerir.

Desse ponto de vista, em termos de capacidade de iniciativa, no meu entendimento, deve dar-se também expressão à representação da vontade popular. Isso parece-me inegável, e é isso que quero aqui reafirmar, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, faça favor, continua no uso da palavra.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, por colocar as coisas nos termos certos, e na Casa onde elas devem ser decididas.

Vamos fazê-lo de forma séria, profissional, isenta, tecnicamente bem preparada, por muito que isso custe a alguns, naquela bancada, que acham que põem os dedos nos tachos e que quando os veem fugir ficam muitíssimo nervosos.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há certamente muitos juristas prestigiados no nosso País que, independentemente da área política de que venham, podem cumprir com isenção...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É! Os do Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o cargo de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. Certamente, não serão do Livre, mas o Livre poderá contribuir para os eleger.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, ah! O Livre contribuir!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chama a Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, o PS chegou tarde à inflação de Putin, tem o Sr. Primeiro-Ministro razão. O PSD não deve chegar tarde à inflação de Trump e, acima de tudo, deve ter medidas que sejam claras, transparentes e sindicáveis pela opinião pública, medidas que, de facto, aliviem o custo de vida por parte das famílias portuguesas.

O Livre tem sete medidas acessíveis para preços acessíveis. Menciono aqui três e quero ouvi-lo acerca delas.

Em primeiro lugar, utilizar a faculdade, que a Lei n.º 69-A/2021 lhe permite, de não deixar que as devoluções do ISP sejam comidas pelas margens de lucro das petrolíferas e, portanto, de poder limitar as margens de lucro das petrolíferas — primeira medida sobre a qual quero ouvir a sua opinião.

Em segundo lugar, fazer o que já fizemos, e devo dizer que foi em conjunto: o Livre criou, no primeiro choque inflacionário, o Passe Ferroviário Nacional — o Sr. Primeiro-Ministro chama-lhe Passe Ferroviário Verde —, e é preciso passar para o passe multimodal verde nacional, ou como lhe quisermos chamar, mas que tenha o propósito de ajudar os portugueses a usarem o transporte público e, com isso, gastarem menos combustível.

É preciso também devolver IVA: não só o IVA dos combustíveis, mas o IVA dos bens essenciais. E é possível fazê-lo com o regulamento do IVA em vigor, respeitando a lei europeia, devolvendo o IVA às famílias, até um salário mínimo, para que as pessoas tenham devolução daquilo que gastaram em bens essenciais. Esta é uma medida em que podemos ter a certeza de que o dinheiro volta para as pessoas, ao contrário de algumas medidas em que não temos a certeza se o desconto no IVA será repassado para os consumidores ou não.

São medidas sérias que queremos discutir em conjunto, e gostaria de ouvir, sinceramente, a sua opinião acerca da diferença que elas farão no bolso dos portugueses.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, já tive ocasião de dizer, ao longo deste debate, que tomámos as medidas que entendemos adequadas, ao primeiro impacto. Aliás, antecipámos inclusivamente esse impacto. Foi o que aconteceu com a devolução da parte do IVA que corresponde a um aumento superior a 0,10 € no preço da gasolina e do gasóleo.

Nesta semana, reforçámos: com o aumento da comparticipação na botija do gás; com a introdução de um mecanismo extraordinário no chamado «gasóleo profissional», para empresas de passageiros, mercadorias e, também, corporações de bombeiros; e aprovaremos mecanismos, esses permanentes — ao contrário dos dois que mencionei, que vigorarão, para já, durante três meses —, relativamente à limitação de preços em épocas de crise energética e à proteção de consumidores mais vulneráveis.

Estamos, obviamente, a fazer um trabalho de preparação de outras medidas que possam vir a ser necessárias. Não as vamos tomar de um dia para o outro, já estamos a antecipar a possibilidade de as

podermos tomar. Não vou aqui revelá-las porque, evidentemente, isso só fará sentido se as circunstâncias o exigirem.

Neste momento, entendemos que as medidas que tomámos são as que se adequam ao justo equilíbrio entre a situação que vivemos, a possibilidade do agravamento da situação e a manutenção do nosso equilíbrio financeiro.

Aquelas que o Sr. Deputado menciona são preocupações que também temos. Relativamente às margens de lucro, nós próprios — tive ocasião de dar essa orientação ao Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial — tomámos a iniciativa de pedir à entidade reguladora que fizesse uma apreciação sobre o mecanismo de formação de preços que está hoje em vigor em Portugal, e também ações de fiscalização pela ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), e chegámos à conclusão de que não há, efetivamente, preços especulativos no nosso mercado.

Foi essa a conclusão a que chegámos e, portanto, não vemos necessidade, nesta altura, de tomar uma medida dessa natureza.

Por outro lado, a proposta que apresenta sobre o passe multimodal verde nacional é uma ideia que temos vindo a trabalhar e que, em certa medida, já se aplica nas áreas metropolitanas, porque é a ideia do passe social metropolitano, que conjuga os acessos ao transporte ferroviário, ao transporte rodoviário e ao transporte dos respetivos metropolitanos. É uma ideia interessante e, tal como já aconteceu no Passe Ferroviário Verde — nós reconhecemo-lo —, podemos trabalhar no seu aprofundamento, porque é uma medida permanente. Não é uma medida de resposta, apenas e só, é uma medida de estímulo ao transporte público.

A questão da devolução do IVA é uma daquelas que deve ser ponderada com o efeito que anunciei há pouco, que é...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Faça favor, dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para pedir a distribuição de duas notícias. Não o fiz há pouco para não interromper o debate.

A primeira notícia que queria distribuir, porque se falou aqui em eleições presidenciais, é o resultado da primeira volta das presidenciais, em que se pode ver que o candidato apoiado pelo Livre ficou em 9.º, com 0,6 %, Repito, 0,6 %!

*Aplausos do CH.*

A segunda notícia também me parece importante. Quando se ouviu falar de órgãos externos à Assembleia da República, a democracia do Livre foi esta: «Livre disponível para solução para órgãos externos...»

O Sr. **Presidente**: — É uma notícia?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E vai ler a notícia?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma notícia. A notícia diz o seguinte: «Livre disponível para solução para órgãos externos que exclua o Chega.»

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será distribuída.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou seja, isto significa que a democracia do Livre é esta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, muito obrigado, está claro, será distribuído.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São 6 Deputados que querem excluir 60. É inadmissível, Sr. Deputado!

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do L e contraprotestos de Deputados do CH.*

O Sr. **Presidente**: — As presidenciais já lá foram, já temos um Sr. Presidente da República eleito pela maior maioria de sempre na nossa democracia. Os resultados são públicos, portanto, podemos todos consultar os *sites* respetivos. Sobre essa matéria, estamos arrumados.

Tem a palavra, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro conseguiu a proeza há uns dias, e hoje voltou a ela, de juntar na mesma frase «coragem» e «pacote laboral».

Ora, o Sr. Primeiro-Ministro tem de estar de acordo comigo: ser forte com os fracos e fraco com os poderosos, e decidir com quem se debate e quem se exclui do debate, é tudo menos coragem para este problema.

Coragem é coisa que o PSD, o CDS, o Chega e a Iniciativa Liberal proclamam, mas, de facto, não a têm — porque despedir sem justa causa, aumentar ainda mais a precariedade, desregular ainda mais os horários de trabalho, tornar a vida ainda mais difícil, desde logo, aos jovens e às mulheres, e pôr a trabalhar à borla sem receber,...

**Vozes do CH**: — Como na Festa do Avante!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... Sr. Primeiro-Ministro, isto pode ter muitos nomes, mas coragem não é de certeza.

Até diria que há uma certa vassalagem — aliás, uma vassalagem ao patronato — que o Sr. Primeiro-Ministro voltou a sublinhar.

Queria fazer-lhe uma pergunta concreta. Disse que a vossa proposta é para alargar mais oportunidades, e a pergunta que lhe faço é a seguinte: qual é a oportunidade que o seu pacote laboral vai dar aos quase 50 % de jovens que hoje estão em situação de precariedade?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, permita-me que lhe diga que nós não excluimos ninguém da negociação da legislação laboral, mas também não fazemos exercícios de cinismo negocial.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há posições negociais que são de tal maneira inconciliáveis que não devem ter sequência. Tive a ocasião de dizer isso mesmo ao Secretário-Geral, creio que é essa a designação, da CGTP, quando o recebi e quando ele me apresentou os contornos do posicionamento dessa central sindical a propósito da legislação laboral. Creio que todos compreendemos isto. Temos sempre vias de diálogo abertas, temos sempre a possibilidade de interagir, e não deixaremos de o fazer.

Um processo negocial pressupõe que haja a probabilidade mínima de chegar a um entendimento e é isso que justifica que, no prosseguimento das negociações, devam intervir aqueles que estão interessados e que têm essa expectativa. Manifestamente, não é o caso desse parceiro social, com todo o respeito que temos pela sua posição. É, legitimamente, a sua posição.

Sr. Deputado, quanto aos desenhos de oportunidade que a legislação laboral pode dar aos jovens portugueses, tudo aquilo que pode contribuir para termos mais investimento, tudo aquilo que pode contribuir para termos empresas mais competitivas, tudo aquilo que pode contribuir para que haja efetivamente um aumento dos salários que possa dar, precisamente, o argumento para que os nossos jovens se fixem em Portugal, retenham aqui os seus projetos e possam aqui executá-los, é um esforço que vale a pena a bem de todo o País e também a bem desses jovens. É isso que nós vimos fazendo.

Vimos fazendo, já agora, Sr. Deputado, conjugando a nossa intervenção na lei laboral com a nossa intervenção na economia, com a nossa intervenção nos serviços públicos, com a nossa intervenção, por exemplo, na fiscalidade que temos para os jovens que não tem paralelo em mais sítio nenhum, onde temos o IRS Jovem em sede de rendimento do trabalho, onde temos a isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e imposto de selo na compra da primeira habitação, onde temos as ajudas ao arrendamento — onde temos, portanto, um plano transversal que dá esperança, que dá condições mais favoráveis para que eles possam ter aqui uma oportunidade.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, pedi-lhe aqui, no último debate, de forma delicada, que nos poupasse a cassete. Peço desculpa, mas poupe-nos a cassete.

*Risos do PSD e do CH.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Cassete...!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro é capaz de dizer, sem se rir, o que está a propor aos jovens, aos tais que já estão em quase 50 % com trabalho precário? A grande maioria dos trabalhadores em Portugal ganha menos de 1000 €. Está a propor a esses acrescentar o quê? Mais precariedade em cima da precariedade; mais trabalho não pago; mais instabilidade, mais insegurança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deixar tudo na mesma é que resolve!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, essa é a razão pela qual o vosso pacote laboral está rejeitado. Não perca mais tempo com negociatas para avançar com uma coisa que está rejeitada!

*Protestos de Deputados do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, fica uma sugestão, fica uma modesta...

*Continuação de protestos de Deputados do PSD.*

Srs. Deputados, por favor.

Fica uma modesta sugestão: não pense que a vossa opção é mais forte do que a luta e a unidade dos trabalhadores. Não pense, porque se vai enganar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olha a ameaçazinha!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, com a sua palavra de ordem — a sua, não; também do Chega, da Iniciativa Liberal, do «Somos Todos Estados Unidos» —, levou o País e arrastou-o para um conflito e uma guerra.

*Protestos do PSD, do CH e da IL.*

Não é um problema em Ormuz; é uma guerra no Médio Oriente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a guerra na Ucrânia?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vai o Sr. Primeiro-Ministro acompanhar o PCP no conjunto das propostas que temos feito? É desta vez que vamos regular os preços dos combustíveis, do gás, dos alimentos e também dos custos do crédito? Sr. Primeiro-Ministro, é desta vez, de uma vez por todas, que se vai beliscar os lucros das grandes empresas para contribuírem para isto? Ou vai ser, só mais uma vez, o desvio da receita fiscal e as margens de lucro a ficarem fora de todo este esforço?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Paulo, e a guerra na Ucrânia?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sim, também a alimentas!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, quero começar por dizer que o Sr. Deputado tem sempre uma postura delicada nos debates e eu só posso reconhecer-lhe uma autoridade total para o uso da expressão «cassete».

*Aplausos do PSD.*

*Risos de Deputados do CH.*

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já é a terceira vez que diz isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso é, de facto, uma circunstância que não precisa de inibir, Sr. Deputado, e, portanto, dentro do espírito democrático dos nossos debates, não há nenhum problema com isso, seguramente.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe com humildade que nós vamos prosseguir o esforço negocial com os parceiros sociais para ver mesmo se conseguimos a adesão dos parceiros, quer da área dos empregadores, quer da área dos sindicatos, para termos uma legislação laboral que seja indutora de maior atratividade para a nossa economia,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que seja indutora de melhores condições de trabalho, de melhor capacidade de gerarmos melhores salários para os nossos trabalhadores, de podermos pagar melhor e de podemos também cobrar menos impostos sobre os rendimentos do trabalho.

Sr. Deputado, sei que há sempre uma tensão natural nestes dossiês. A ameaça que o Sr. Deputado aqui fez da luta dos trabalhadores não é uma coisa nova, nós sabemos. Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que fazemos nesse ponto aquilo que também estamos a fazer relativamente...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quer meter pela janela aquilo que não consegue fazer passar pela porta. No fundo, é essa a sua grande ideia.

Sr. Primeiro-Ministro, primeiro o Barreiro, depois Vila Franca de Xira. Quais os encerramentos que se vão seguir do ponto de vista das urgências? Médio Tejo? Caldas da Rainha? Aveiro?

Sr. Primeiro-Ministro, a sua opção de destruir o Serviço Nacional de Saúde é tanta que, às vezes, pode perder a noção das consequências das suas opções.

*Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.*

Assume total responsabilidade por estar a afastar ainda mais profissionais do Serviço Nacional de Saúde? E de os riscos passarem a ser ainda maiores para as crianças, para os bebés e para as grávidas?

O Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo para responder, mas eu queria fazer outra pergunta. Olhe, fica apenas a afirmação e talvez num próximo debate possa esclarecer.

Quanto mais o seu Governo avança com medidas na habitação, mais sobem os preços das rendas, mais sobem os preços das casas, mais sobem agora os despejos.

No próximo sábado, milhares de pessoas vão sair às ruas a exigir casas para viver. Pois o seu Governo, com cada medida que toma, aquilo que faz é ajudar a que haja casas para especular. São as diferentes realidades: uns na bolha e outros...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para formular perguntas, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal percebeu cedo o que custa seguir um rei louco. Afonso VI era arruaceiro, errático, incapaz de distinguir os seus caprichos pessoais dos interesses do reino. Quem o seguiu fielmente ficou do lado errado da história.

Fica o aviso, porque hoje o mundo tem um novo rei louco. Donald Trump ameaça aliados, aplica tarifas como castigo, espalha o caos, e o Sr. Primeiro-Ministro aplaude, disponibiliza-lhe a Base das Lajes e chama a isso política externa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aplaudiva? Isso é tudo falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Já a conta, infelizmente, não fica só para quem aplaude; chega a todos os portugueses na conta do combustível, na energia, na prestação da casa, na fatura do supermercado.

As respostas para contrariar existem e são conhecidas.

Primeiro, Sr. Primeiro-Ministro, volto a deixar-lhe o desafio: retire, de uma vez por todas, Portugal da rota da guerra, como fez Espanha, Irlanda, Bélgica ou a Áustria.

Segundo, regule os preços dos combustíveis e da energia para todos os portugueses; IVA zero nos produtos do dia a dia; peça à Caixa Geral de Depósitos que tenha finalmente uma política de crédito pública para controlar o preço da prestação da casa.

Não podem ser os portugueses, as famílias e os negócios a pagar por esta irresponsabilidade pela qual não têm nenhuma culpa. Por isso, a questão é muito simples, Sr. Primeiro-Ministro: vai ter a coragem de estar ao lado dos portugueses com propostas e medidas robustas ou vai insistir em estar ao lado de quem lhes aplica uma taxa de guerra injusta nas contas do dia a dia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, já tive a ocasião de dizer, no último debate que aqui tivemos, que essa afirmação do Sr. Deputado não é correta.

Portugal não acompanhou, não subscreveu, não participou no espoletar desta operação, o que não significa que não tenha assumido as suas responsabilidades, em momento posterior, relativamente à utilização de uma base militar, ao abrigo de um acordo que tem com um aliado, no caso, os Estados Unidos da América.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Direito internacional!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aproveito a oportunidade para transmitir ao Parlamento que, tanto quanto nos tem sido dado a conhecer e também a fiscalizar, a utilização da Base das Lajes tem exatamente cumprido os pressupostos subjacentes à autorização que foi formulada por parte da República portuguesa. Portanto, não há nenhuma razão para poder duvidar que a utilização está a extravasar os condicionalismos que foram nessa ocasião transmitidos aos Estados Unidos da América.

Reitero aqui, uma vez mais, que não direi mais sobre este assunto por razões de confidencialidade e segurança.

No plano internacional, Sr. Deputado, Portugal não fica atrás de nenhum dos seus parceiros europeus no que diz respeito à abordagem do direito internacional...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, se calhar, fica à frente de muitos do ponto de vista da coerência dos seus posicionamentos entre tudo aquilo que se sabe e aquilo que não se sabe.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, quero deixar-lhe um desafio.

Um doente com cancro já trava a batalha mais difícil da sua vida. Quem luta pela vida não deve ser obrigado a uma dupla batalha, como acontece com muitos doentes oncológicos, que continuam a trabalhar apesar de deverem estar a repousar para recuperarem mais depressa.

Por isso, deixo-lhe o desafio: no próximo Orçamento do Estado, vamos fazer da baixa a 100 % uma causa que nos passe a caracterizar como País. Quem luta pela vida não deve ser obrigado a uma dupla batalha pelo seu sustento...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, teremos, naturalmente, a discussão, em sede orçamental, desses e de outros temas, aqueles que estão, neste momento, em vigor e aqueles que puderem apresentar algum sentido de evolução ou modificação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para questionar o Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo, as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda há dias, Donald Trump dizia: «Quando o petróleo sobe, ganhamos todos muito dinheiro.»

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fala sobre o teu País!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É precisamente por isso que é importante termos medidas que apoiem efetivamente as famílias, porque, enquanto os bolsos de Donald Trump...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fala de Portugal!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e os dos seus amigos sobem — e isto não é de um aliado —, os bolsos dos portugueses são esvaziados.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fala de um assunto nacional! Fala sobre o teu País!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É lamentável que haja forças políticas e bancadas, como a da extrema-direita, que não percebam isto,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que falarmos de Donald Trump é falarmos de Portugal.

O Sr. Primeiro-Ministro falou há pouco das medidas de resposta, nomeadamente, à subida dos preços de combustíveis, mas não falou na limitação dos preços, colocando resistência, de alguma forma, à sua descida e a colocarmos novamente o IVA zero no cabaz essencial.

Também é preciso termos medidas que aliviem as famílias nesta dimensão e numa dimensão que não foi aqui hoje mencionada, que é a da habitação. É que sabemos que noutros momentos, como no caso da pandemia e no caso da invasão da Rússia à Ucrânia, os créditos à habitação, as prestações e os juros aplicados pela banca dispararam entre 50 € a 100 € para cada família, o que é manifestamente incomportável.

Para o PAN, este seria o momento de repormos medidas que também já foram adotadas no passado e que limitam a escalada dos juros por parte da banca. Por isso mesmo, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se está disponível para esse efeito, ou seja, para ter medidas para a banca e para ajudar as famílias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, permita-me que lhe diga que temos de gerir, naturalmente, a evolução de uma crise que tem consequências e que afeta, efetivamente, de forma significativa a vida das pessoas. Afeta naquilo que já são hoje os efeitos, mas, sobretudo, afeta do ponto de vista da preocupação daquilo que pode ainda vir a acontecer. Eu percebo isso. Nós temos uma sensibilidade muito grande para com os nossos concidadãos, as famílias portuguesas, e, por isso, nós temos de ter simultaneamente capacidade de decisão e prudência.

Digo isto a propósito desta segunda questão. Neste momento, não há ainda razão para termos nenhuma intervenção ao nível dos créditos e, em particular, dos créditos à habitação. Não houve ainda uma oscilação nas taxas que o justifiquem, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Portanto, creio que não devemos estar, neste momento, a antecipar uma possibilidade que não sabemos ainda se se vai colocar ou não.

Isso não significa diminuir a nossa compreensão com aqueles que estão preocupados com a evolução desta questão em particular e que, naturalmente, têm as suas projeções, as suas contas feitas de acordo com aquilo que era antecipável do ponto de vista do normal funcionamento dos mercados financeiros.

Gostaria de lhe dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre o IVA zero e o cabaz alimentar, que já hoje demos uma participação para podermos moderar qualquer ímpeto inflacionista no preço desse cabaz precisamente ao ajudar o transporte de mercadorias, contribuindo para que não haja um fator de perturbação no mecanismo de formação do preço. Se vai ser suficiente, ou não, não sabemos. Vamos aguardar e cá estaremos para poder decidir outras medidas, se forem necessárias, se forem justas e se forem adequadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, espero que o Sr. Primeiro-Ministro tenha a oportunidade de responder noutra ronda.

Temos neste momento um atentado ambiental a acontecer, mesmo aqui perto, no Meco, com a destruição de milhares de pinheiros.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Recordo, Sr. Primeiro-Ministro, que há que aprender com os erros e, em particular, com a tempestade *Kristin* e aquilo que se passou de termos desordenamento do território e continuarmos a permitir, por um lado, a construção em orla costeira e, por outro, em leitos de cheia, além da destruição de património natural.

Nós sabemos e já tivemos algum silêncio por parte do Governo relativamente à querela entre o Sr. Ministro da Agricultura e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), mas uma coisa é certa: até agora, não tivemos nem resposta nem pronúncia do Governo sobre este atentado que as populações têm vindo a denunciar e que está a acontecer no Meco.

*Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.*

Deixo-lhe o repto, Sr. Primeiro-Ministro, para que se inteire daquilo que está a acontecer e responda se, em nome das gerações futuras, está ou não disponível para intervir, visto que, claramente,...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh...!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe de Sousa, do JPP, tem a palavra para questionar o Governo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, restantes membros do Governo, o tema que hoje nos traz aqui, a situação económica e social e a Agenda Transformadora, vai exigir de todos nós mais do que palavras bonitas. Vai exigir verdade, coragem e, sobretudo, resultados.

Por falar em resultados, fala-se de crescimento, e ainda bem, de estabilidade, de transformação. Mas, infelizmente, existem muitas famílias esmagadas pelo custo de vida, jovens sem qualquer perspetiva de futuro, trabalhadores que continuam a ganhar pouco e a viver com dificuldades e que veem com muita preocupação o futuro, tendo em consideração os conflitos que estão a ser vividos pelo mundo.

Por isso, transformar não pode significar deixar para trás quem vive já no limite, não pode significar concentrar riqueza e lucros, enquanto se distribuem promessas, e não pode, de forma alguma, ignorar as assimetrias regionais e as autonomias que continuam a marcar profundamente o nosso País.

Por falar em autonomias, Sr. Primeiro-Ministro, ainda hoje de manhã, em audição regimental, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação reconheceu que a plataforma de mobilidade veio criar constrangimentos — muitos deles já corrigidos, aí faço-lhe justiça, e outros com garantias de correção — e anunciou que madeirenses e açorianos vão deixar de adiantar dinheiro para viajar, o que é uma boa notícia, e isso já nas próximas semanas.

Deixo-lhe algumas perguntas diretas, Sr. Primeiro-Ministro. Pode, neste momento, perante o País, garantir que isso será mesmo uma realidade, isto é, que os insulares pagarão somente a sua parte? Quando será? Vai deixar de haver reembolsos? De que forma é que o Estado vai assegurar a sua parte perante as companhias aéreas e as agências de viagens?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Sr. Deputado Filipe Sousa, quero, em primeiro lugar, dizer-lhe que acompanho o seu comentário de que nestas ocasiões de crise temos de

acompanhar de uma forma mais especial aqueles que já têm dificuldade, que estão numa situação de maior vulnerabilidade.

É sempre assim. Quando há situações de crise, sofre sempre mais quem tem dificuldade. Quem tem mais possibilidades, apesar de sentir também os efeitos das crises, tem mais capacidade de resposta. É por isso que temos vindo a desencadear uma série de procedimentos que ajudaram, no caso do comboio de tempestades, as pessoas com maior dificuldade e, agora, no caso da crise energética, os consumidores mais vulneráveis. E refiro, em particular, a medida que tomaremos amanhã de proteção desses consumidores, com garantias de fornecimento mínimo, mesmo em caso de incumprimento de pagamento. Trata-se de uma medida que vai abranger precisamente aqueles que estão no limiar maior de pobreza.

Relativamente à plataforma para a mobilidade, um assunto que tem suscitado sempre debate, deixe-me dizer-lhe que o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação não disse que essa plataforma trouxe constrangimentos. O que disse foi que a plataforma que foi criada tem alguns constrangimentos e é preciso resolvê-los, é preciso ultrapassá-los. E nós estamos a trabalhar nesse sentido.

A nossa predisposição é a de que a plataforma evolua — como sempre lhe disse, de resto, mas vou reiterar outra vez — para que nenhum dos utilizadores tenha de adiantar a parte que excede a tarifa que tem de pagar. É isso que queremos com esta plataforma, foi sempre esse o objetivo final. Evidentemente, isso necessita de um mecanismo de relação com as companhias aéreas, que não posso ainda adiantar-lhe como vai funcionar, mas que está a ser trabalhado. É complexo e estamos em crer que vamos conseguir chegar a bom porto ou, talvez melhor dizendo, a bom aeroporto.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, que comece com uma nota prévia.

Embora seja uma matéria fora da competência do Governo, quero informar o País e a Câmara que o CDS exigiu hoje, com carácter de urgência, um esclarecimento cabal relativo à pensão atribuída ao Dr. Mário Centeno pelo Banco de Portugal.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é uma situação escandalosa, é uma situação muito pouco transparente e é mesmo mais uma polémica que envolve o Dr. Mário Centeno e que exige um esclarecimento cabal, doa a quem doer.

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Sr. Primeiro-Ministro, está-se a tentar criar uma espécie de mito de que o Governo não tem ímpeto reformista e que não faz reformas. Pergunto: este Governo não faz reformas?! Ó Srs. Deputados, este não é o Governo do PS, liderado por António Costa, que tinha um verdadeiro horror às reformas estruturais e que fugia delas como o diabo da cruz.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Um democrata-cristão a falar do diabo?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este é um Governo da AD que tem inscrito no seu ADN o ímpeto reformista. É assim há 50 anos e continua a ser assim. Para recordar os mais distraídos, vamos lá falar de algumas das principais reformas deste Governo, e escolhi três.

Primeiro, a reforma fiscal. Nunca, como até hoje, se reduziram tanto os impostos sobre o rendimento das famílias e das empresas no IRS e no IRC.

Segundo, este é também o Governo que está a fazer a reforma laboral, e os últimos sinais dão mesmo esperança de que será possível chegar a um acordo na concertação social, contra os desejos mais profundos da esquerda e da extrema-esquerda, que querem que tudo fique rigorosamente na mesma.

Terceiro, este é o Governo que está a concluir a reforma das leis da imigração, para dar mais rigor na entrada, para dar mais humanismo na integração e para devolver a Portugal aquilo que o País perdeu nos últimos anos de governação socialista — o controlo das suas fronteiras.

Na imigração, a esquerda e a geringonça deitaram mesmo o edifício todo abaixo. Não ficou pedra sobre pedra. É mesmo caso para dizer: e tudo a esquerda levou!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Mas, felizmente, a fúria devastadora desta tempestade já terminou e este Governo e esta maioria, em menos de dois anos, reconstruíram o edifício por completo,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... da primeira à última pedra.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Isso é uma grande pedra!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta reforma da lei de retorno dos imigrantes ilegais é mesmo a última pedra que faltava na reconstrução deste edifício. Se entra ilegal e está ilegal, tem de sair imediatamente de Portugal e regressar ao seu país de origem.

**Vozes do PSD e do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É legal, é justo e é simples. E, com este Governo e com esta maioria, a lei é para ser cumprida.

Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe, por isso, uma pergunta. Uma vez terminada esta reforma da imigração, que impactos terá esta reforma na economia, na segurança e na tranquilidade das famílias portuguesas?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do Deputado do L Tomás Pereira.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, este tema que o Sr. Deputado acabou de abordar, como tive ocasião de referir na minha intervenção inicial, será objeto de uma decisão do Conselho de Ministros, amanhã. Trata-se de uma decisão que tem em vista remeter para a Assembleia da República a proposta de lei de retorno que já tivemos o ensejo de aprovar numa primeira apreciação do Conselho de Ministros no ano passado, que foi sujeita a consulta pública na qual obtivemos 110 contributos, e que dimana também do trabalho da comissão de migrações e asilo que, estamos em crer, juntamente com a estratégia de integração de imigrantes, pode terminar o novo edifício jurídico deste aspeto específico, do ponto de vista da nossa demografia e da nossa capacidade e competitividade económicas, Sr. Deputado.

Como recordei há pouco, tivemos de resolver, em 2 anos, cerca de 400 000 processos que estavam pendentes na AIMA.

Tivemos de colocar um ponto final no mecanismo da manifestação de interesse, que se revelou uma porta completamente escancarada e descontrolada no processo de migração.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Irresponsabilidade do PS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ao mesmo tempo, celebrámos com as entidades empresariais um protocolo de cooperação para uma migração laboral regulada, isto é, mais ágil e mais célere...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Menos gente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nos casos em que a economia precisa de recursos humanos, desde que haja a garantia de acesso à habitação e a cuidados de saúde. Ou seja, conciliando uma imigração regulada com uma imigração humanista, com um bom acolhimento.

Já atingimos uma redução de 60 % na entrada de imigrantes, que não era propriamente o objetivo, o objetivo não era reduzir por reduzir, o objetivo era legalizar, era regular,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... era sabermos quem vem e para que é que vem. Isso é um sinal de coesão social e é também um sinal de competitividade económica. Portanto, Sr. Deputado, com certeza, a pergunta que coloca tem esse enquadramento.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

Há aqui uma ala, do meu lado esquerdo, que se mantém adepta do regime da porta escancarada.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ainda não conseguem perceber, à data de hoje, o efeito que isso teve.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

Ainda não conseguem!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ora, esta lei de retorno é uma lei equilibrada. E visa o quê, Sr. Deputado? Visa que haja uma consequência para a imigração ilegal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para quê? Para nós dizermos a todos — às pessoas e às redes de imigração ilegal que todos deviam estar empenhados em combater — que não vale a pena vir ilegalmente para Portugal e que vale a pena cumprir as regras.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para isso é preciso agilizar prazos e procedimentos. É o que nós queremos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Também não queremos o recurso abusivo ao mecanismo do asilo para ter procedimentos judiciais que suspendem o processo de retorno. Não! Quem estiver por bem fica, quem estiver por mal vai embora. É este o nosso princípio.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PSD, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares para formular um conjunto de perguntas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, normalmente, nos debates quinzenais, o Grupo Parlamentar do PSD e do CDS usam da palavra para puxar pelo que é positivo e muitas vezes — é verdade — para defender o Governo do que decorre no debate.

Hoje invoco a defesa, mas para começar por dar os parabéns ao Sr. Ministro da Defesa, que faz hoje 60 anos. Creio que é justo que o Plenário lhe possa fazer essa homenagem.

*Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e de Deputados do CH.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, queria começar pelo tema da legislação laboral. Ouvei atentamente, hoje e durante a semana, o Sr. Deputado José Luís Carneiro que, durante a semana e hoje, repetiu o apelo para que o Governo voltasse a puxar pela CGTP para a mesa de negociações.

Honestamente, a primeira vez que o ouvi, Sr. Deputado José Luís Carneiro, pensei que estava a ouvir o Sr. Deputado Paulo Raimundo. Mas percebi rapidamente que não. Percebi que era o Sr. Deputado José Luís Carneiro que estava ofendido com o Sr. Secretário-Geral da CGTP porque, no dia em que quis entrar numa reunião... — quando ele próprio tinha recusado estar em tantas outras e tinha dito, desde a primeira hora, que com a CGTP não havia sequer conversa.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aliás, a expressão foi: «Esta proposta é para rasgar!» Espanta-me, sinceramente, que um partido com a responsabilidade histórica do Partido Socialista defenda que o Governo deva trazer de novo às reuniões técnicas de negociação da legislação laboral a CGTP, quando esta se apresenta à reunião não com um conjunto de contrapropostas, mas de palco e coluna de som!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Partido Socialista entendia que o Governo devia receber a CGTP, que aparentemente não ia na lógica da negociação,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... mas ia de palco e de coluna de som para a manifestação à porta das negociações,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Sr. Deputado José Luís Carneiro, creio sinceramente que, ao invés de procurar trazer a CGTP para um debate que a CGTP manifestamente não quer,...

**Vozes do PSD**: — Não quer, não!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não quer! São uns manhosos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o Sr. Deputado fazia muito melhor ao País, acredite — às empresas, aos trabalhadores e à economia portuguesa —, se usasse a influência do Partido Socialista junto da corrente socialista na UGT para que seja possível haver um acordo de concertação social, para que os parceiros sociais possam acordar na reforma da legislação laboral.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Sr. Deputado José Luís Carneiro, sei que o histórico do Partido Socialista em sede de concertação social não é manifestamente o melhor. De resto, sabemos que a última transformação na legislação laboral, a chamada agenda do trabalho digno, não teve a assinatura de um único parceiro social. Não houve um parceiro social que acordasse na reforma que o Partido Socialista trouxe ao Parlamento.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não é verdade!

**Vozes do PSD:** — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É, é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais, Sr. Deputado José Luís Carneiro: foi aprovada com a maioria absoluta do Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Exatamente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Este é o histórico da concertação social do Partido Socialista. Isto para não lembrar, para não invocar...

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Vou repetir, para não lembrar e para não invocar uma coisa muito parecida com aquilo que disse hoje aqui o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

O Sr. Deputado Paulo Raimundo entende que, quando não há acordo com a CGTP, o acordo na concertação social «é uma negociata». Foi a expressão que usou.

*Protestos dos Deputados do PS José Luís Carneiro e Eurico Brilhante Dias.*

Há uns anos, para o Partido Socialista, a concertação social era uma feira de gado!

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Estamos conversados sobre a forma como os senhores olham para a concertação social.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos dos Deputados do PS José Luís Carneiro, Eurico Brilhante Dias e Pedro Delgado Alves.*

Mas, Sr. Deputado José Luís Carneiro, devo-lhe dizer que queria registar a postura do Partido Socialista. Tantas, tantas vezes no espaço público me perguntam se eu e o grupo parlamentar do PSD achamos que, se porventura não houver um acordo de concertação social, se a reforma vier para o Parlamento e se houver uma discussão, um diálogo com os partidos políticos, se é possível, ou não, ainda assim, haver um acordo.

Devo registar, Sr. Deputado José Luís Carneiro, o que aqui hoje disse, e que quero citar. O Sr. Deputado do Partido Socialista disse que o Partido Socialista nunca aceitará a precariedade dos mais jovens. Nós também não!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ah não?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado do Partido Socialista disse que não aceitará incompatibilidade entre a vida pessoal, familiar e profissional. Olhe, é precisamente isso que o banco de horas vem acautelar.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O PSD vai votar contra a reforma laboral!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado do Partido Socialista ainda disse que não aceitará que se desprotejam os sectores mais vulneráveis da sociedade. Pois quero dizer-lhe, Sr. Deputado do Partido Socialista, que estamos de acordo. Vamos mesmo acordar, aqui no Parlamento, a reforma da legislação laboral.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vão votar contra!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, nas últimas semanas muito se tem discutido sobre a reforma. Sim, é uma reforma, e é uma reforma estrutural que tem a ver com a reorganização das urgências, designadamente na margem sul, na península de Setúbal. Uma reforma que tem um único foco: as pessoas — a previsibilidade e servir melhor as mães que procuram as urgências de obstetrícia.

Sr. Primeiro-Ministro, é curioso que ouvimos as críticas do Partido Socialista e dos autarcas do Partido Socialista, que constantemente dizem que isto de fechar as urgências é uma espécie de crime lesa-pátria — as urgências, não é os serviços. A reorganização das urgências não devia acontecer.

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Queria também apelar ao Sr. Deputado José Luís Carneiro para que pudesse interceder junto dos autarcas do Partido Socialista, puxando pela memória do ex-Ministro da Administração Interna do Governo do Dr. António Costa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Dr. António Costa foi Primeiro-Ministro de Portugal, num Governo de que fazia parte o Sr. Deputado José Luís Carneiro, disse, em 18 de outubro de 2023, e cito: «Isso significa que nós temos que organizar melhor as urgências, de uma forma mais racional, sobretudo nas grandes cidades», tendo afirmado considerar igualmente ser necessário «racionalizar o número de profissionais que tem de estar de escala em cada urgência», para aproximar Portugal dos padrões internacionais.

*Protestos dos Deputados do PS José Luís Carneiro e Eurico Brilhante Dias.*

Não foi a Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Paula Martins, não foi o Sr. Primeiro-Ministro Luís Montenegro. Foi o Primeiro-Ministro de então, Dr. António Costa, que concordava já na altura com esta reforma, mas com uma diferença grande: não teve coragem de a fazer! A coragem que este Governo está a ter!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Essa que é essa, Sr. Deputado!

Mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que já o ouvi por diversas vezes defender o anterior CEO (Chief Executive Officer) da Saúde, o Dr. Fernando Araújo.

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Não é preciso citar o Dr. António Costa porque o Sr. Deputado gosta de citar o Dr. Fernando Araújo mais vezes. Eu sei, por isso vou também citar o Dr. Fernando Araújo.

*Protestos dos Deputados do PS José Luís Carneiro e Eurico Brilhante Dias.*

Em 2008 — veja bem de onde vem esta vontade de reorganizar as urgências! —, em 2008, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Fernando Araújo, em entrevista, diz o seguinte: «É impossível garantir que 100 % da população fique a uma curta distância dos pontos de rede, aqui ou em qualquer outro lugar no mundo».

Sr. Deputado José Luís Carneiro, vou mesmo dizer-lhe, ao contrário do que o senhor apregoa, este Governo não está aqui para deixar tudo na mesma. Este Governo está aqui para ter a coragem que o seu Governo não teve, e para mudar o que precisa de ser transformado.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não faremos o que fazia a oposição!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Porque, Sr. Deputado José Luís Carneiro, ouvimo-lo muitas vezes — e bem, devo dizer — falar dos jovens que estão ainda no desemprego, dos «nem-nem».

**Vozes do PSD:** — Tem muita conversa, o PS!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado José Luís Carneiro diz sempre — já agora, muito próximo do que diz o Sr. Deputado Paulo Raimundo — que esta reforma da legislação laboral não é uma boa reforma. Mas depois aponta constantemente as circunstâncias do desemprego mais jovem.

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Tenho uma pergunta para o Sr. Deputado Paulo Raimundo e para o Sr. Deputado José Luís Carneiro. Peço desculpa por estar a pôr os dois na mesma circunstância, mas de facto estão cada vez mais parecidos. Estão os dois a puxar pela CGTP.

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

A minha pergunta é simples, e terão ocasião de responder em qualquer altura. Se estão tão preocupados com o desemprego jovem como nós estamos — embora ele tenha baixado sustentadamente, como sabem —, se estão tão preocupados com a fuga de cérebros, designadamente durante os governos do Partido Socialista, se estão tão preocupados com os baixos salários que os senhores apregoam, porque é que os senhores continuam a defender o atual modelo de gestão laboral, que se traduziu precisamente neste resultado?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Ora bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se o resultado foi tão mau, porque é que os senhores não querem mudar?

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Repito, porque é que os senhores não querem mudar? Porque é que querem deixar tudo na mesma?! Na verdade, Sr. Primeiro-Ministro, nos dois minutos e meio que me restam,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ainda?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... queria dizer ao País que vale mesmo a pena acreditar. Vale a pena acreditar nas transformações que estamos a fazer na saúde, as que estamos a fazer na educação e as que estamos a fazer manifestamente em todos os setores. Os resultados são evidentes e alguns deles, sei que custa, sei que até parece elogio em causa própria, mas alguns deles são absolutamente históricos.

Do ponto de vista da fiscalidade, Sr. Primeiro-Ministro, já o disse e queria repetir, não há histórico de um Governo apresentar a um Parlamento dois Orçamentos do Estado sem aumentar nenhum imposto. Dois Orçamentos do Estado que, pelo contrário, descem impostos sobre quem trabalha, descem impostos sobre quem paga salários, que são as empresas, e com regimes altamente favoráveis — modelos na Europa —, na habitação e no IRS Jovem.

No emprego, vamos ser claros, Sr. Deputado Paulo Raimundo, por uma vez podia dizer ao País o seguinte, repetindo o que vou dizer: os números do emprego atingiram máximos históricos desde que há registos no INE (Instituto Nacional de Estatística). Nunca tivemos em Portugal tanta população empregada como temos atualmente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Afinal há emprego. Neste discurso acaba por dizer que afinal tínhamos razão!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quanto aos salários, aqueles que dependem da concertação social e do impulso do Governo no salário mínimo, esses têm vindo sempre a subir. Mas o salário médio — o salário médio que nos tempos do Partido Socialista se aproximava do salário mínimo porque não se mexia e o salário mínimo é que subia —, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, foi no ano passado a maior subida da OCDE. Até já ultrapassámos, em dois anos, aquilo com que nos tínhamos comprometido no acordo tripartido, na tal concertação social. E tanto nos acusam de não fazermos diálogo na concertação social.

*Aplausos do PSD.*

Repito, melhor salário médio da OCDE, no ano passado!

Sr. Primeiro-Ministro, vou citar aqueles indicadores que, olhe, não somos nós a avaliar. São as entidades externas, são aqueles que olham para Portugal e que nos veem com olhos muito diferentes dos que fazem a

análise da oposição — tolhidos pelo nosso sucesso, provavelmente. «Economia do ano» em 2025, prémio atribuído por uma das mais prestigiadas revistas financeiras do mundo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Outra vez isso?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Todas as agências que acompanham a evolução das nossas contas públicas, o *rating* da República, têm vindo a melhorar constantemente o *rating*, a notação, o que significa que Portugal se pode financiar com mais credibilidade, com juros mais baixos. Para quê? Precisamente para, nas alturas de aflição, não demorarmos 100 dias, 350 dias, 400 dias — que era o histórico do Partido Socialista — a responder às necessidades das portuguesas e dos portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, há alturas no debate político e no debate parlamentar em que vale a pena também puxar por aquilo que é bom.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Está em campanha eleitoral!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi isso que eu hoje aqui quis fazer, para que a oposição perceba que...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, escusado será dizer que todo o Governo se associa às felicitações pelo aniversário do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Permita-me que comece de trás para a frente. É mais ou menos a nossa sina enquanto Governos destas forças políticas.

O Sr. Deputado terminou a sua intervenção a falar dos *ratings* e do equilíbrio das nossas contas públicas. Ó Sr. Deputado, lembra-se do que é que disseram, em 2024, quando chegámos ao Parlamento, logo no primeiro mês,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e anunciámos a descida do IRS a meio do ano?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Vinha o diabo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois anunciámos a subida do complemento solidário para idosos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Disseram que estávamos a gastar o depósito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois começámos a fazer acordos na Administração Pública — com os polícias, com os professores — com efeitos financeiros já no próprio ano e nos anos seguintes.

Depois decidimos a atribuição de um complemento extraordinário aos pensionistas com pensões mais baixas, mas ainda assim já com pensões com significado.

Disseram que vinha aí o défice. Mas não veio!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E que vinha o diabo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E o Pedro Reis também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não chegaram a dizer que vinha o diabo, mas andaram perto.

*Risos do PSD.*

É verdade, andaram perto! Se calhar não disseram, mas desejaram.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em 2024 ainda disseram, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Uma almofada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não. Nós deixámos lá uma almofada, e foi com essa almofada que se permitiram fazer tudo isto.

Só que em 2025 já foi integralmente uma execução financeira deste Governo.

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

E então, responsáveis políticos, responsáveis institucionais e até grandes intervenientes na praça pública disseram: «Não é possível! Como é que eles conseguem descer a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, sobre as empresas, dar apoio aos jovens, dar apoio aos idosos com maior carência económica, garantir o aumento das pensões, de todas as pensões, mais ainda das pensões mais baixas.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Apostaram as fichas todas!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O chamado paradoxo de Medina!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E concluíam: «É desta. É desta que vem aí o défice!»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É, é!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — «É em 2025 que vem aí o défice!» E torna a falar, a dizer e a escrever; a registar.

Vamos ver então como é que acabámos o ano de 2025, Sr. Deputado, a crédito do caminho económico e financeiro do País.

Sr. Deputado, é verdade, temos um modelo económico que assenta num pagamento de impostos mais equilibrado sobre o rendimento do trabalho e sobre o rendimento das empresas, para estimular a competitividade da economia e a produtividade.

A disponibilidade de todos na Administração Pública, desde logo, a cultura de mérito na Administração Pública, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão — uma questão sempre muito cara à Iniciativa Liberal —, e também nas empresas. Valorizar o trabalho é incrementar a produtividade.

**Vozes do PSD**: — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É dizer às pessoas que vale a pena irmos mais longe no nosso esforço, porque o retorno desse esforço chega à nossa compensação e a nossa retribuição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esse caminho vai continuar, Sr. Deputado. Esse caminho tem a ver com uma estratégia que — é verdade — está agora a sofrer alguns abanões que são externos à nossa vontade e que foram situações imprevistas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Está em campanha eleitoral!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Primeiro, um comboio de tempestades. Imprevistos são o comboio de tempestades e o conflito no Médio Oriente. O pessimismo o ceticismo, o negativismo das oposições, isso já era previsível.

Portanto, continuaremos esse caminho, apesar das dificuldades.

E continuaremos também o caminho da transformação estrutural do País para que, quer no setor público, quer no setor privado, possamos estar mais habilitados a disponibilizar recursos para a nossa economia ser mais competitiva, gerando mais valor, mais oportunidades e mais rendimento, porque é através do rendimento que se gera a justiça social.

Como sempre dissemos, a pobreza — porque há muita em Portugal e estamos conscientes de que ainda há muita pobreza em Portugal — só se combate com a criação de riqueza.

*Aplausos do PSD.*

A pobreza não se combate com uma visão assistencialista. Nós estamos ao lado daqueles que estão numa situação de vulnerabilidade. Não os abandonamos. Mas, para resolver o seu problema, temos de criar mais riqueza, temos de ser mais competitivos. Por isso, a legislação laboral é uma pedra angular da nossa competitividade, Sr. Deputado. Porquê?

Como o Sr. Deputado disse, estamos numa situação em que temos bons resultados. É verdade. Temos a nossa economia a crescer mais do que a média da União Europeia. Temos os nossos trabalhadores a terem melhores rendimentos do que todos os países da OCDE, em 2024. Temos uma situação financeira estável.

Mas a questão que devemos colocar-nos é esta: já esgotámos o nosso potencial de crescimento? Somos ou não somos capazes de ir mais longe? Somos ou não somos capazes de aumentar ainda mais o salário mínimo nacional? Somos ou não somos capazes de aumentar mais o salário médio nacional? Somos ou não somos capazes de pôr o salário médio mais longe do salário mínimo e evitar aquilo que nos deixaram antes, que foi a aproximação do salário mínimo ao salário médio?

*Protestos do PS.*

E eu respondo: somos capazes! Portugal é capaz!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Os trabalhadores portugueses são capazes, as empresas portuguesas são capazes. Isto devia motivar também as oposições. Mas não, há muito negativismo nas oposições.

**Vozes do PS:** — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma incapacidade de distinguir o escrutínio do Governo do sucesso do País. Uma coisa é apontar os erros e as omissões do Governo, que é o trabalho da oposição; outra coisa é desejar e contribuir para o sucesso do País, porque o sucesso do País é o sucesso das mulheres e dos homens que vivem e trabalham em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Hugo Soares, quanto à questão do Serviço Nacional de Saúde, que referiu, vou tomar a liberdade de dar um testemunho pessoal como cidadão e como agente político.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eh lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como é público, vivo num concelho cujo centro hospitalar de referência é o hospital de Gaia e Espinho. Eu já exercia funções políticas quando foi encerrada a urgência. Não foi a

urgência da obstetrícia, foi a urgência de todas as especialidades, a urgência básica do hospital de Espinho. Encerrou, e eu estive contra. É natural. Não há nenhum autarca, não há nenhum político que represente um território que seja favorável ao encerramento de um serviço. Não há!

Portanto, as referências que aqui foram feitas a autarcas, se um dia chegassem ao Governo, Srs. Deputados do Chega, eu queria ver o que é que os senhores faziam. Isso é que era, ó Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Olha!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, infelizmente — infelizmente ou se calhar, melhor dizendo, felizmente —, não vamos ter a oportunidade de comprovar o que estou a dizer.

*Protestos do CH.*

Eu compreendo, as populações ficam angustiadas, as populações ficam preocupadas, os autarcas exibem naturalmente, em nome das pessoas e do povo, a indignação e a reivindicação, e os políticos, os Deputados, fazem também eco disso. Isso é normal.

Mas há decisões que às vezes têm mesmo de ser tomadas noutra patamar de decisão porque, no cômputo geral, correspondem a decisões que têm efeitos positivos.

*Protestos de Deputados do PS.*

E quero dizer-lhe, com humildade, Sr. Deputado, que, tendo estado contra, como qualquer outro responsável político daquela região e daquele concelho, hoje tenho de reconhecer que o atendimento que é dado aos cidadãos daquela terra na unidade hospitalar que fica a 15 quilómetros é muito melhor — não é melhor, é muito melhor — do que aquele que era prestado lá. Sr. Deputado, não era possível manter aquele serviço aberto porque não ia ter os recursos humanos e no caso concreto também técnicos capazes de dar a resposta que era necessária.

É evidente que isto pressupõe que haja bons meios de transporte e boa emergência hospitalar a funcionar. Com certeza, é preciso conciliar tudo isto. Olhando para as urgências de obstetrícia e ginecologia da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, diria o seguinte: os vários Governos já experimentaram tudo aquilo que era possível com os recursos humanos e com os serviços de urgência disponíveis.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E todos tiveram o mesmo problema: não conseguiam ter os serviços de urgência sempre abertos e muitos foram confrontados, de forma não antecipável, com a sua urgência fechada.

O que é que este Governo decidiu? Decidiu manter os serviços de obstetrícia e ginecologia em todos os hospitais, com os serviços internos, o acompanhamento das famílias, das mulheres, a prestação, quer da consulta, quer dos trabalhos de parto e cirúrgicos, mas a urgência estar centralizada. Para quê? Para estar sempre disponível. Para que o serviço seja garantido. Para que as pessoas possam ser atendidas.

*Protestos do L.*

Sr. Deputado, tenhamos todos a humildade, pelo menos, de aguardar o resultado desta decisão. Como Primeiro-Ministro, cá estarei para assumir a responsabilidade. Se funcionar, espero que todos possam assumir que o resultado evidenciou uma melhoria da prestação e do acesso. Se não resultar, teremos de assumir também essa responsabilidade. Isto é decidir. Decidir a favor da vida das pessoas, transformar e olhar para o futuro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Terminámos, assim, o primeiro ponto da ordem do dia.

Srs. Deputados, vou suspender os trabalhos por 5 minutos, para que haja uma mobilidade nas bancadas e não só.

*Eram 17 horas e 31 minutos.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de reiniciar a nossa sessão.

*Eram 17 horas e 38 minutos.*

Peço aos Srs. Deputados o favor de regressarem aos seus lugares.

Srs. Deputados, antes de passarmos ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para uma interpelação à Mesa.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, como uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, queria apenas dar um brevíssimo esclarecimento.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, no início do ponto anterior, referiu uma eventual falta ou défice de fundamentação do Governo no pedido de urgência que estava para votação como primeiro ponto da nossa agenda, que não foi apresentada a fundamentação e que tal teria constituído uma falta por parte do Governo.

Queria apenas esclarecer que o artigo 128.º-A do Regimento não estabelece a obrigatoriedade de fundamentação da urgência e que, muitas vezes, este Governo fez exatamente o mesmo pedido e nunca tal problema se levantou.

No entanto, por lealdade e cordialidade parlamentar, que é, aliás, apanágio deste Governo, não só com a bancada do Partido Socialista, mas com todas as outras, nós acedemos ao pedido de passar a votação para amanhã e apresentamos já a nossa fundamentação.

Agora, gostaria de solicitar, Sr. Presidente, nos segundos que me restam, que isto não crie uma lógica de interpretação evolutiva, na qual, através de sucessivas interpretações, se vai alterar o Regimento para além da letra da lei.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, penso que é importante, para se fixar o sentido interpretativo.

Muito me choca ouvir da parte de um jurista eminente, como o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que tem de estar expressamente pedida a fundamentação para um ato de direito público de qualquer natureza que seja. Parece-me que é inerente a qualquer ato que ele tenha de ser fundamentado, para se poder avaliar se há urgência ou não.

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não, não, não!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, acho que andou bem o Governo em consentir neste exercício e que, a criar-se um precedente, que seja esse: ou seja, o de que os atos a pedir urgência a esta Câmara, para que o Parlamento prescindia da velocidade normal para avaliação e ponderação das medidas que são pedidas, possam ser feitos, sabendo por que razão é que se pretende a urgência.

Isto é mínimo e elementar.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Obrigado, Sr. Deputado.

Fica, pelo menos, como precedente a cortesia parlamentar, que é sempre uma coisa também simpática.

Vamos, então, dar início ao debate preparatório do Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia.

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Creio que é relativamente consensual, para não dizer que é mesmo consensual, que, uma vez mais, o Conselho Europeu vai decorrer num contexto particularmente desafiante, desde logo pela situação internacional que vivemos, mas, diria, sobretudo porque os temas que estão na agenda são temas decisivos, em particular a competitividade da economia europeia e, desse ponto de vista, também o próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Quero, em primeiro lugar, deixar uma palavra sobre a Ucrânia, que tem a ver com a necessidade de reafirmarmos um apoio contínuo à causa ucraniana. Será essa a posição que defenderei, no sentido, nomeadamente, de ultrapassarmos o atual impasse no que respeita à concretização do apoio financeiro decidido no Conselho de dezembro.

Por outro lado, também irei reiterar, em nome do Governo português, que este não é o momento para reduzir a pressão sobre a Rússia.

Relativamente à escalada do conflito no Médio Oriente, de facto, ele comporta consequências a nível global que têm, a nível europeu, inevitavelmente, também repercussões económicas, em particular no setor energético.

Embora Portugal tenha um elevado nível de independência do ponto de vista do abastecimento elétrico, por via da nossa aposta nas energias renováveis, estamos, como, aliás, resultou do debate anterior, muito expostos ao aumento do preço do petróleo e do gás. Por isso, temos vindo a tomar medidas a nível nacional, que serão tanto mais eficazes quanto a União conseguir articular uma resposta coerente e sustentável.

Desse ponto de vista, será necessário — e isso estará na nossa intervenção — preservar a estabilidade dos mercados energéticos, deixar claro o reforço da aposta na energia renovável e, por isso, o reforço das redes de interligação como forma de nos apresentarmos mais autónomos e menos dependentes dos combustíveis fósseis.

Aliás, foi também nesse sentido que, juntamente com os Primeiros-Ministros da Dinamarca, da Espanha, da Finlândia e da Suécia, tive a ocasião de enviar uma carta ao Presidente do Conselho Europeu, para que se não perca esse sentido estratégico nesta ocasião.

Por outro lado, também nos parece que é necessário assegurar mecanismos de resposta a nível económico e, desse ponto de vista, a discussão que já estava pré-agendada para o reforço da nossa competitividade ganha ainda maior relevância.

Sabemos que há riscos que as economias europeias e também a nossa enfrentam, mas temos, efetivamente, de ser céleres a executar os nossos programas de transformação, para termos mais resiliência económica, mais capacidade e mais oportunidade de dinamizar o nosso mercado interno.

Tem sido nota dominante e é minha convicção de que este Conselho pode ser, desse ponto de vista, marcante, se fixarmos calendários e assumirmos decisões que não se atrasem mais no que diz respeito à redução da complexidade regulatória, juntando transparência mas simplificação, apostando na conclusão do

mercado interno, desde logo da União da Poupança e dos Investimentos e também da União da Energia, assegurando que há coesão económica, social e territorial.

Não pode haver competitividade na Europa, se não se garantir a coesão. Esse é, de facto, um ponto que junta a competitividade com o Quadro Financeiro Plurianual. As garantias de que na Europa há uma política de coesão são as garantias de que salvaguardamos a competitividade. Não há competitividade sem coesão e também não há coesão sem competitividade. Estas duas faces estão juntas, estarão no nosso argumentário, como está o reforço em matéria orçamental, a valorização e o reconhecimento da natureza específica das regiões ultraperiféricas e, objetivamente, a manutenção da componente da coesão territorial e da necessidade de não deixarmos ninguém para trás.

Uma última nota será para a questão do multilateralismo e da conversa que também teremos com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para dirigir uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, na véspera de mais um Conselho Europeu, a Europa e o mundo vivem tempos desafiantes, como disse o Sr. Primeiro-Ministro.

O que se passa no mundo neste momento — as tensões geopolíticas, a incerteza económica e os desafios estruturais — exige da União Europeia mais unidade, mais clareza estratégica e maior capacidade de resposta.

Começo, Sr. Primeiro-Ministro, pela situação no Médio Oriente, que domina a agenda internacional, na sequência do conflito no Irão.

É sabido que conflitos desta natureza têm muitas consequências para além das consequências políticas ou militares. Um dos efeitos económicos com impacto na vida das pessoas é o do aumento do preço da energia, o que levou o Governo de V. Ex.<sup>a</sup> a avançar, por antecipação, com a redução do ISP e com outras medidas há pouco anunciadas, para fazer face a esta crise energética.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — E levou também a União a avançar com uma resposta coordenada.

Voltou a falar-se de Ormuz, não para exaltar a nossa conquista histórica e o nosso domínio histórico, mas para dar conta da importância desse estreito para o comércio global de energia e do impacto do seu bloqueio pelo Irão.

Por todas estas razões, desejamos que este conflito não se prolongue e que seja possível regressar rapidamente à via das negociações e da diplomacia.

Portugal tem sido claro: sob a sua liderança, Sr. Primeiro-Ministro, temos mostrado ser um parceiro credível. Saudamos, por isso, o Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, quanto à competitividade, estes tempos incertos e exigentes reclamam uma Europa mais competitiva. Por isso, é imperioso investir em inovação, em investigação, em desenvolvimento tecnológico, em simplificar processos, em aprofundar o mercado interno e em reforçar a autonomia estratégica em áreas críticas já bem identificadas.

É preciso ter a coragem de enfrentar os efeitos negativos da fragmentação do nosso espaço económico e tomar medidas.

Isto significa também abrir novas oportunidades de comércio e de cooperação económica com parceiros internacionais. É, pois, neste contexto que o acordo entre a União e o Mercosul (Mercado Comum do Sul) assume particular relevância estratégica. Este acordo, sabemos-lo, está sob escrutínio judicial e esperamos que esse escrutínio judicial não levante mais dificuldades do que aquelas que já advêm do adiamento da sua entrada em vigor.

Sr. Primeiro-Ministro, outro ponto central deste Conselho Europeu será a preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual. As negociações em curso irão definir as prioridades financeiras para os próximos anos, com a Europa a enfrentar novas prioridades, desde a segurança e a defesa, passando pela transição energética e digital, pela gestão das migrações, até ao apoio à competitividade, de que falámos há pouco.

Estas novas prioridades não podem comprometer as políticas para a coesão europeia. Para Portugal, é essencial que o próximo Quadro Financeiro Plurianual continue a valorizar a política de coesão e a Política Agrícola Comum.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, como irá o Governo defender nestas negociações um orçamento comunitário que continue a refletir os princípios da solidariedade e da coesão?

Sabemos que o Presidente Zelensky estará presente nesta reunião, o que nos lembra que a guerra na Ucrânia, infelizmente, não acabou e que a defesa da soberania e da integridade territorial daquele país continua a ser um desafio vital para a Europa.

Portugal tem acompanhado esse esforço com sentido de responsabilidade, contribuindo para o apoio europeu à Ucrânia.

Sr. Primeiro-Ministro, como avalia a evolução do apoio europeu à Ucrânia e que contributo adicional poderá Portugal dar, para manter a unidade europeia neste momento sensível do conflito?

Sr. Primeiro-Ministro, Portugal tem sabido afirmar nas instituições europeias uma posição equilibrada, construtiva e responsável. Portugal tem sido um exemplo de solidez e consistência. Esta bancada tem orgulho no Governo também por isso.

Votos de sucesso para a reunião do Conselho Europeu.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, quero começar por solicitar a sua compreensão, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada colocou tantas questões, que eu não vou ser capaz de responder a todas já nesta primeira intervenção, mas estou convencido de que elas serão retomadas por outras intervenções. Portanto, tentarei, talvez, detalhar um pouco mais as respostas, porque acho que ficam mais compreensíveis, e aquelas que não forem respondidas agora, não leve a mal, pois elas serão retomadas noutra ocasião.

Tomo a liberdade de focar um aspeto que a Sr.<sup>a</sup> Deputada mencionou e que me parece muito importante. Nós temos sempre, na Europa, uma predisposição para identificar um problema, identificar uma solução, mas depois não estar de acordo ou disponíveis para executar essa solução.

O caso da diversificação dos nossos parceiros comerciais e, portanto, da redução das nossas dependências para podermos, nomeadamente, responder a alguns humores, algumas decisões de alguns dos nossos parceiros comerciais, é um caso sintomático. Quando temos algum problema na relação comercial com algum parceiro, dizemos que não podemos estar tão dependentes deste parceiro, que temos de agilizar a nossa relação com outros, temos de ter uma diversidade de parcerias em simultâneo, porque isso vai favorecer a nossa competitividade, a nossa capacidade e vai, no fundo, emitir um sinal a esse parceiro de que não estamos dependentes e, portanto, não vale a pena estar a esticar tanto a corda, porque vamos conseguir colocar os nossos produtos nos mercados.

Ora, isso aconteceu recentemente, numa altura em que, entre outras coisas, tivemos um aprofundamento das condições da relação com o México, e agora recentemente com a Índia. Temos parcerias com o Japão, mesmo com a China, com várias geografias e vários blocos comerciais. Tínhamos, em particular, com o Mercosul, um processo que tinha 25 anos de negociação e que chegou a bom porto.

Estamos a falar de um acordo comercial que cria a maior zona comercial do mundo, com 700 milhões de pessoas, que elimina, por mais demagogia que às vezes se carregue para esta discussão, mais de 90 % das tarifas alfandegárias e que, no nosso caso, protege mesmo as nossas principais preocupações, do ponto de

vista estratégico, com a nossa relação com aquele mercado. Mesmo a possibilidade de explorarmos a porta de entrada daquele mercado na Europa abre-nos imensas oportunidades, que escuso aqui de desenvolver muito, porque, creio, são de compreensão generalizada.

Por esse motivo, tenho vindo a ser um dos mais enfáticos quanto à necessidade de, não só do ponto de vista económico, mas até do ponto de vista político, mostrarmos a nossa credibilidade e executarmos. Já não é altura de estarmos a ir outra vez rebobinar a discussão.

Portanto, devo dizer, nós não acompanhamos a decisão do Parlamento Europeu de solicitar um parecer ao Tribunal de Justiça, o que vai atrasar a entrada em vigor do acordo. Posso aqui confidenciar — devo, aliás, fazê-lo, é melhor dizer assim — que ainda ontem eu próprio assinei a autorização que permite a Portugal ser um dos primeiros Estados-Membros a subscrever o acordo de parceria com o Mercosul, o que permite a sua aplicação provisória antes de haver condições para o processo de ratificação, porque acho mesmo que é preciso dar o exemplo.

Portanto, nesta matéria, temos de acrescentar competitividade e autonomia estratégica. Temos de ser consequentes e mostrar politicamente que somos capazes de chegar mesmo aos acordos mais difíceis. Destaco, por isso, esta questão.

Uma outra questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada mencionou é a do Quadro Financeiro Plurianual. É um debate muito exigente, e é um debate particularmente exigente para Portugal. Não podemos abdicar das nossas prioridades, que são também as de vários dos nossos parceiros, nomeadamente, salvaguardar políticas que são essenciais ao mercado interno, como a coesão e a agricultura, proteger a especificidade das regiões ultraperiféricas, garantir as condições de acesso àquela que é a maior inovação deste Quadro Financeiro Plurianual, que é o Fundo Europeu de Competitividade.

Somos favoráveis a que haja uma valorização da excelência, mas a excelência não pode estar centralizada em três ou quatro países, a excelência tem de ser partilhada também do ponto de vista geográfico. Se não houver distribuição geográfica e territorial, não há verdadeira competitividade, não há coesão, não há também excelência, e nós estamos preparados para fazer parte dessa excelência.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Chega. Para uma primeira questão, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o novo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 tem novas regras e, no que se refere ao acesso aos fundos europeus, baseia-se essencialmente na meritocracia dos Estados-Membros. Ou seja, no que toca às políticas de coesão e à PAC (Política Agrícola Comum), a diferença substancial no novo programa está entre os valores mínimos e aquilo que são os valores variáveis.

Na verdade, o que já está garantido *a priori* são os valores da coesão e pouco mais. A partir daí, os Estados-Membros têm agora de concorrer aos fundos, que estarão incluídos nos tais valores variáveis. E este, Srs. Deputados, é o grande desafio para o Estado nos próximos anos.

A partir de 2028, a nossa Administração Pública tem forçosamente de estar preparada para alcançar objetivos próprios, através de projetos elegíveis, de modo a ir buscar os valores totais alocados no QFP (Quadro Financeiro Plurianual) para cada Estado-Membro.

Sr. Primeiro-Ministro, o Tribunal de Contas Europeu já veio validar este receio. No parecer, os Estados-Membros com maior capacidade administrativa e financeira estarão em vantagem para captar os fundos variáveis, deixando os países estruturalmente mais dependentes, como Portugal, numa posição de fragilidade, caso não negociem com eficácia os critérios de desempenho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, este é o mundo novo europeu, admirável ou não, num ambiente muito mais competitivo e muito mais concorrencial.

Está o Governo ciente da enorme reforma que setores da Administração Pública precisam de fazer para poder ir a jogo e trazer de Bruxelas os fundos variáveis durante o próximo QFP? Quais as medidas concretas que o Governo tem, à data de hoje, para fazer frente a este enorme desafio?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Defender o interesse nacional no âmbito do QFP é, acima de tudo, assegurar que Portugal não volta a ficar retido na periferia da convergência europeia.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, desculpe, o Chega informou que quer fazer duas perguntas seguidas, se o Sr. Primeiro-Ministro não se importar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, Sr. Deputado Rodrigo Taxa, tem a palavra para uma segunda pergunta.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o escalar do conflito no Irão, em certa medida, desviou-nos a atenção da Ucrânia, mas o conflito na Ucrânia continua e merece a nossa melhor atenção, até porque, como o Sr. Primeiro-Ministro disse, está em curso um novo financiamento, que tem encontrado algumas divergências no seio da União Europeia.

Acontece, Sr. Primeiro-Ministro, que em função dessas divergências, Zelensky disse uma frase que nos parece algo preocupante. Disse o Presidente ucraniano, a propósito de um Estado europeu que é contra o financiamento, ou que se tem manifestado reticente quanto ao financiamento, e cito: «Esperamos que essa pessoa na União Europeia não bloqueie os 90 mil milhões de euros» e, adiante, «caso contrário, daremos o endereço dessa pessoa às nossas Forças Armadas, aos nossos soldados, para que lhe telefonem e falem com ele na sua língua.»

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, não nos parece que isto seja muito positivo para alguém que quer entrar numa entidade da qual fazemos parte, que é a União Europeia, e também a NATO (North Atlantic Treaty Organization).

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não nos parece muito positivo que alguém que quer entrar nessas duas entidades e ser nosso parceiro comece por atacar os seus futuros parceiros, até porque atacar, nem que seja por palavras, um membro da NATO é atacar toda a NATO, repito, entidade da qual quem faz o ataque quer fazer parte.

Portanto, das duas, uma: ou a diplomacia é a fina flor da política e existe de facto, ou então, como diria Bismarck, a diplomacia sem armas é como a música sem instrumentos.

Nessa medida, não ouvimos, creio eu, ninguém na União Europeia, nem o nosso Governo, manifestar-se sobre esta declaração, pelo que lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se, no entendimento do nosso Governo, estamos perante uma interpretação bismarckiana ou não.

Esta questão nada tem de política partidária e apaixonada, é uma questão fria e objetiva.

Se hoje estamos a falar de um líder europeu, de que alguns não gostam, mas que é líder europeu, imaginemos que não era o líder em causa e Zelensky se estava a dirigir ao Primeiro-Ministro português, porque o Primeiro-Ministro português não concordava com ele nalguma coisa.

**Vozes do CH:** — Ora bem! Bem lembrado!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — A questão é séria, é importante. Se tantas vezes criticamos um lado da barricada, então, que tenhamos também a capacidade, a frieza e a honestidade intelectual de criticar o outro lado, quando há, para isso, motivos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rodrigo Taxa e Sr. Deputado Pedro Correia, obrigado pelas vossas questões, e vou começar já por esta última.

A Comissão Europeia já teve ocasião de manifestar a sua discordância e mesmo a sua incomodidade com essas declarações e, sinceramente, acho que não devemos escalar mais este episódio, até porque já houve alguma evolução, precisamente do ponto de vista diplomático, para tentar ultrapassar a resistência à concretização de uma decisão, que já foi tomada e foi tomada com a participação desse Estado-Membro, no caso, a Hungria.

Foi tomada no último Conselho Europeu, por uma questão superveniente que, como sabe, tem a ver com uma intervenção que acabou por destruir uma parte de um oleoduto que fornece, precisamente, a Hungria, que está, neste momento, a suscitar reservas no que toca às obras de reparação.

Haverá uma inspeção técnica da União Europeia, que vai fazer agora uma visita no local, e espera-se, e eu também espero, que possa haver luz verde para que a União Europeia possa concretizar o seu compromisso, e para que todos os Estados-Membros também concretizem a sua palavra, porque, efetivamente, essa palavra foi dada.

Eu próprio estive em Kiev, no dia 20 de dezembro,...

**Vozes da IL:** — Kyiv!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ou Kyiv, se quiserem,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Não é «se quiserem»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... no dia seguinte a esse Conselho Europeu e acabei por manifestar regozijo por uma decisão que foi, efetivamente, uma decisão histórica, de conceder um empréstimo de 90 mil milhões de euros, garantido por todos os Estados-Membros, num formato que foi consensual. Será agora, do ponto de vista político, muito delicado se a União Europeia não concretizar exatamente esse compromisso, e será um sinal absolutamente errado, do meu ponto de vista, sobre o apoio que temos vindo a dar à Ucrânia e, por via dele, a salvaguarda dos nossos valores fundamentais.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Correia, posso dizer-lhe que acompanho a sua reflexão, que vai muito ao encontro daquilo que o Governo português tem suscitado nesta apreciação que fazemos junto das instituições europeias, mas também da preparação que cabe a Portugal fazer, porque o tempo está a contar.

Ainda não há Quadro Financeiro Plurianual, ainda não há uma decisão final, mas nós sabemos que o desenho, aquilo que é o essencial, já não vai mudar. Queremos que haja coisas a mudar, queremos que o nosso envelope nacional seja maior, queremos que a política de coesão possa ter maior salvaguarda e queremos que as regiões ultraperiféricas tenham um tratamento que, aliás, consta dos tratados.

Independentemente disso, nós sabemos — o Sr. Deputado referiu-o, e bem — que há uma novidade neste quadro financeiro, que tem a ver com a apresentação de projetos que têm de ser avaliados pelo seu mérito,

pela sua qualidade, pela tal excelência a que aludi há pouco. O que é que temos de fazer e o que é que estamos a fazer? A preparar-nos para isso.

O Sr. Deputado carregou muito na tecla — percebo que, talvez, por inspiração nos últimos anos e no último grande programa de investimentos que veio da União Europeia, o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) — da Administração Pública, mas não é só a Administração Pública: é a Administração Pública e as empresas, o setor privado também.

Todos têm de se preparar para apresentar projetos no âmbito do Fundo Europeu de Competitividade que possam ganhar no concurso que vai realizar-se à escala dos 27 e que, portanto, possam, no fundo, ter na apreciação da qualidade um resultado suscetível de poderem ser viabilizados.

Nós temos vários projetos, creio que podemos até abordar isso quando, no início do mês de abril, nos dedicarmos ao PTRR, portanto, ao Programa de Transformação, Recuperação e Resiliência do País, porque alguns dos planos de que falámos, até nas reuniões com os partidos políticos, se enquadram precisamente nesse contexto — seja olhando para a política da água, seja para a política florestal — para investimentos estratégicos, cujo mérito e excelência podem estar em cima da mesa, constituindo acréscimos de competitividade também.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora ao Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo. Dezoito dias depois dos ataques de 28 de fevereiro ao Irão e das consequências que, entretanto, se fizeram sentir, é natural que o próximo Conselho se debruce preferencialmente sobre esse conflito.

Pela sua gravidade, pela sua dimensão regional e pelas suas consequências globais, ele tem mesmo de marcar a agenda europeia, e já lá irei. Mas isso não nos pode fazer esquecer outros assuntos de grande importância para a Europa, de que é exemplo o conflito na Ucrânia.

Passaram já mais de quatro anos desde a invasão em larga escala, lançada pela Rússia, e não podemos permitir que o passar do tempo e o surgimento de novos conflitos noutras latitudes transformem, aos nossos olhos, a continuação desta guerra em algo banal ou rotineiro — não é banal, não pode tornar-se banal.

A União Europeia tem de manter um apoio firme e inequívoco à Ucrânia e Portugal tem de continuar a estar do lado certo. Convém nunca esquecer que os ucranianos lutam pela sua soberania e pela integridade do seu território, mas também pela segurança e pelos valores da própria Europa.

Por isso, continua a ser essencial reforçar a pressão sobre a Rússia até que esta se disponha a participar em negociações sérias e construtivas, que possam conduzir a uma paz justa e duradoura. Essa exigência torna-se ainda mais premente no momento em que o conflito no Irão contribui, ele próprio, para a subida do preço do petróleo, aumentando desta forma a própria receita da Rússia e, com isso, aumentar os recursos financeiros que esta tem à sua disposição para prosseguir essa mesma guerra.

Mas falemos, então, do conflito no Irão e das suas repercussões geopolíticas e económicas. A guerra iniciada no final de fevereiro está já a fazer sentir-se sobre as economias europeias por vários canais: pela subida dos preços da energia, pela perturbação das rotas marítimas críticas da região, pelo efeito cambial e financeiro, típico dos momentos de maior incerteza internacional; o Brent voltou a superar os 100 dólares por barril; o estreito de Ormuz voltou ao centro das preocupações globais e o euro perdeu terreno face ao dólar desde o início do conflito, o que agrava a fatura energética europeia.

Para Portugal isso significa uma pressão acrescida sobre os custos da energia, dos transportes e do financiamento. Significa risco de abrandamento económico adicional e significa também dificuldades acrescidas para os nossos setores exportadores, para as empresas que dependem das cadeias logísticas internacionais e significa, sobretudo, dificuldades para as famílias portuguesas.

Sabemos que, até ao momento, a Comissão Europeia não anunciou um novo quadro temporário específico para responder a esta crise, mas importa saber com clareza qual é a posição do Governo português.

Por isso, começo, Sr. Primeiro-Ministro, por perguntar se irá defender, neste Conselho Europeu, a preparação de um quadro europeu excecional e temporário de apoio aos Estados-Membros pela exposição ao choque energético e logístico decorrente, precisamente, da guerra no Irão.

Para além disso, a atual conjuntura demonstra, uma vez mais, o papel que Portugal pode e deve desempenhar no reforço da autonomia energética da União Europeia. A Península Ibérica dispõe de uma capacidade de produção de energia renovável muito significativa e há muito que a própria União Europeia reconheceu isso, bem como a necessidade de uma melhor integração energética no sudoeste europeu. Num contexto internacional cada vez mais instável e numa altura em que as instituições europeias sublinham, repetidamente, a importância da autonomia estratégica, em particular no plano energético, Portugal não pode adotar uma postura tímida, tem de ser especialmente vocal e propositivo.

Este é, por isso, o momento em que Portugal deve chegar ao Conselho Europeu não apenas para reagir à crise, mas para afirmar uma visão clara de mais autonomia estratégica europeia, mais segurança energética e maior capacidade para transformar o potencial renovável português e ibérico numa resposta útil para toda a União.

Portanto, sendo este o quadro que defendemos, aproveito para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se já houve alguma articulação com o Governo espanhol para propor, junto da Comissão Europeia, a criação de um mecanismo ibérico de fixação de preço da energia, semelhante ao de 2022, que permita baixar significativamente os custos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, em primeiro lugar, quero acompanhar as suas reflexões e o posicionamento do Partido Socialista no que diz respeito à ajuda à Ucrânia, à manutenção e ao foco da União Europeia e de todos os Estados-Membros no contexto internacional que vivemos e que, de alguma maneira, desfoca a atenção mediática da Ucrânia face à ascensão do conflito do Médio Oriente, de alguma concentração nesse conflito, quase desvalorizando que continua a haver guerra, que os esforços para a obtenção de uma paz justa e duradoura estão, de alguma maneira, suspensos, e até, como o Sr. Deputado mencionou, a perversão — vamos chamar-lhe assim —, do conflito no Médio Oriente, do ponto de vista da repercussão económica e financeira, poder gerar mais-valia para a Federação Russa poder sair beneficiada.

É, portanto, uma altura em que devemos pugnar pela manutenção do apoio que é, no nosso caso, um apoio à escala bilateral, mas é também um apoio à escala da União.

À escala da União, já tive ocasião de responder, há pouco, a um dos Deputados que me interpelou, que a concretização da decisão do empréstimo dos 90 mil milhões de euros para os próximos dois anos — para este ano e para o próximo —, é absolutamente fundamental, do ponto de vista das necessidades da Ucrânia, mas também do ponto de vista da credibilidade da própria União Europeia. Francamente, a minha expectativa — e isso estará no centro do nosso posicionamento —, é de que as resistências que tem havido à implementação dessa decisão possam ser ultrapassadas e possamos sair do Conselho com esse ponto absolutamente decidido.

Depois devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que no que diz respeito à situação do Irão quanto às possíveis decisões que, a nível europeu, possamos tomar para mitigar os seus efeitos, nomeadamente no mercado energético, a Presidente da Comissão já enviou aos governos uma primeira reflexão. Nós próprios também já tomámos uma iniciativa, a que há pouco aludi, juntamente com a Espanha, a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia, e, da conjugação das duas, o que posso transmitir-lhe é que, em primeiro lugar, a autonomia da Europa não pode estar apenas presente nos discursos políticos sempre que há um momento de maior aflição. O caso que o Sr. Deputado mencionou, de valorização da nossa capacidade na Península Ibérica de produção de energias renováveis e, portanto, da capacidade de exportar essa energia e podermos disponibilizá-la para o resto da União, é um assunto, que, eu diria, «já tem barbas».

Eu estava aqui, naquela bancada, em 2014 e em 2015,...

*O orador apontou para a bancada do PSD.*

... quando os governos de Portugal e Espanha, juntamente com a Comissão, subscreveram um acordo, que está por implementar, para a construção dessas interligações. Tenho referido muitas vezes esse ponto, mas quero dizer-lhe que não é caso único, porque há outras interligações noutros pontos da União que também estão igualmente por fazer...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Isso!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...e que colocam em causa a autonomia da Europa como um todo. Podemos dizer: «Nós, em Portugal, temos já 70 % de capacidade de produção de energia renovável». Não conseguimos utilizá-la na plenitude, mas podíamos cedê-la.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por exemplo, fomos favoráveis à manutenção do sistema ETS (*Emissions Trading System*), que é, no fundo, o pagamento de licenças ambientais, porque não podemos, agora, só porque há uma guerra, aliviar uma estratégia, uma tendência que é virtuosa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É virtuosa, tem de ser colocada em cima da mesa, direi assim, com capacidade de abertura para aqueles que têm mais dificuldade, com certeza, mas essa capacidade não pode colocar em causa a estratégia, pois a estratégia está definida.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Presidente da Comissão tem mostrado sensibilidade para este argumentário. Relativamente ao mercado ibérico, ainda não há conversações nesse domínio, a situação ainda não o impõe, há alguma disponibilidade, até, da Europa poder amadurecer essa...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora para o tempo da Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por saudar a posição do Governo português em decidir não aderir à suposta coligação proposta, para não dizer imposta, pelos Estados Unidos para o estreito de Ormuz, até porque essa posição que o Governo português tomou ilustra algo que é muito importante, que é possível honrar os compromissos bilaterais que Portugal tem, sem, com isso, comprometer a sua autonomia diplomática.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Foi justamente isso que o Governo fez, e muito bem, ao não aderir a esta iniciativa, para não dizer aventura, que os Estados Unidos quiseram criar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, autonomia diplomática sem real autonomia estratégica é, ainda assim, uma coisa frágil. E, para isso, convidava-o a olhar para o exemplo francês, que tem construído capacidade militar justamente para poder agir nos seus próprios termos e colaborar com os seus parceiros europeus nos termos que os próprios europeus quiserem definir, reflexão essa que posso deixar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu Governo, a propósito do tão famigerado Conselho Estratégico Nacional, que já carece de atualização há mais de 10 anos.

Segundo ponto. Amanhã, um dos temas que vai ser discutido neste Conselho será o da competitividade da União Europeia. E a propósito da competitividade, ainda hoje foi proposta pela Comissão o já conhecido 28.º regime para as empresas europeias, que lhes permitirá, caso passe, poderem registar-se num ponto único, dentro da União Europeia e, através desse ponto único, aceder a todo o mercado interno.

Ora, esta iniciativa será uma das mais importantes que está a ser avançada na Europa, porque, hoje em dia, se um empreendedor português quiser crescer em Espanha, em França ou na Alemanha, terá de lidar com, pelo menos, três sistemas jurídicos diferentes, terá de lidar com ainda mais formas societárias diferentes, terá de contratar advogados nestes diferentes países. Mais ainda, se quiser estender-se a outros países, terá de atravessar meses e meses de burocracia antes de faturar o primeiro euro fora das fronteiras nacionais.

Enquanto assim for, de pouco vale falar em unicórnios ou em *scale-ups*, porque se não existe o mercado interno para estas empresas, estas empresas não terão capacidade de operar. Felizmente, a Comissão Europeia quer avançar com um regulamento e não com uma diretiva, porque se avançássemos com uma diretiva, arriscávamos a ter, mais uma vez, uma multiplicação destas regras em todos os Estados-Membros.

Por isso, o apelo ou as perguntas que faço ao Sr. Primeiro-Ministro são se, primeiro, vai apoiar esta proposta da Comissão Europeia, na sua versão mais ambiciosa, que é aquela que agora chega,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... se vai resistir ao impulso, por parte de algumas forças, de transformar este regulamento numa diretiva que irá fazer com que perca toda a sua força, e, depois, se irá incentivar a União Europeia para que vá ainda mais longe, neste novo regime, para que ele possa verdadeiramente constituir-se num mercado interno para todas as empresas.

Finalmente, não posso deixar de deixar uma nota acerca do Quadro Financeiro Plurianual. O Sr. Primeiro-Ministro falou, e bem, da necessidade que há em adaptar o Estado e as nossas empresas ao próximo Quadro Financeiro Plurianual. Pois se o Sr. Primeiro-Ministro quer incentivar o Estado e empresas a adaptarem-se, então não pode fazer um discurso no qual dá a entender que poderá ser possível manter o antigo regime de distribuição geográfica de fundos, que não vai acontecer, e que não comece, já agora, a incentivar o Estado e as empresas a que se adaptem o mais depressa possível.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Teixeira, sobre esta questão, para que fique claro, quando digo distribuição geográfica, não digo que isso seja um critério exclusivo, digo que tem de se salvaguardar que há uma equidade no acesso e na avaliação da excelência — ponto número 1. E, ponto número 2, que possa, inclusivamente,... Imagine uma empresa alemã ou uma empresa francesa terem um projeto, mas ter de o localizar num espaço que está pré-determinado na União. É isto que significa a distribuição, pelo território de toda a União Europeia, daquilo que será a disponibilidade do Fundo de Competitividade. Porque se assim não for, corremos o risco, efetivamente, de aqueles centros tecnológicos e de maior inovação — evidentemente, nós queremos estar nesses —, mas, aqueles que tenham maior capacidade, poderem absorver e poderem criar uma desigualdade maior.

Criando uma desigualdade maior, vamos ter problemas de coesão e, tendo maior desigualdade e problemas de coesão, temos menos competitividade. E, a médio prazo, teremos problemas, não tenha dúvidas, teremos problemas. O Sr. Deputado não está a defender que uma Alemanha e uma França e uma Itália, altamente competitivas, vão subsidiar os outros países todos à volta. Eu não acredito nesse projeto,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Nem pode ser!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... como, também, não acredito que Portugal seja apenas Lisboa e Porto. É exatamente o mesmo contexto.

*Risos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.*

Sabemos que há centros de excelência que têm toda a legitimidade de poderem ter desenvolvimento, com certeza, mas temos de ter capacidade de localização e de redistribuição — e é isso que também se impõe ao decisor.

Relativamente ao regulamento do chamado 28.º ponto, deixe-me só dizer-lhe, Sr. Deputado, que o processo que possamos percorrer de harmonização de regimes, a meu ver, é o processo correto, até, precisamente, para que todos tenham as mesmas oportunidades e tenham a mesma base, numa concorrência que deve ser salutar. Uma concorrência salutar, suponho, em que as pessoas e as empresas, também, tenham as mesmas regras. É muito difícil a 27, sabemos que é muito difícil. Por isso, começar pelo registo, já é um começo,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas tem de continuar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu, como cidadão e como político, digo-lhe que gostava que fôssemos à fiscalidade,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Aumentar os impostos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... gostava que fôssemos, olhe, eventualmente, aos regimes laborais. Gostava que as regras de funcionamento das economias tivessem uma transversalidade que oferecesse as mesmas oportunidades a todos.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Claro, claro!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas sabemos que, dentro desta União, com as soberanias que cabem a cada Estado-Membro, não é fácil. É um caminho difícil, é um caminho também moroso, infelizmente, mas acreditamos que pode ser percorrido.

E, sim, é melhor ser um regulamento, porque o regulamento aplica-se diretamente a toda a União, do que estarmos, lá está, a criar a janela, para depois haver um tratamento específico e para poder criar mecanismos que acabam por redundar em desigualdades.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Ora, já se sabe...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, a alusão que fez ao investimento na área da defesa, é evidente que também é um traço importante da nossa competitividade, da nossa autonomia estratégica, da nossa capacidade de criarmos menos dependências e de podermos estimular um setor onde há boa perspetiva de inovação, de investigação, de atratividade, de emprego e também de podermos ter mais segurança.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Livre. E para dirigir perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o projeto europeu tem muitas virtudes, mas, ao longo das décadas, tem contribuído,

muitas vezes, para um debate que se torna tecnocrático e que acaba por esquecer o que é, na sua raiz, um projeto de criar democracia, para lá das fronteiras dos Estados-Membros, e de conseguir algo de inédito na história da humanidade. Conseguir, de países que rivalizaram durante séculos, criar uma união nova, politicamente democrática e capaz de prestar, aos seus concidadãos, um Estado social ambientalmente responsável, de prosperidade partilhada.

Esse é um projeto extraordinário, mas, muitos debates, como este que nós temos, acabam por, de certa forma, desidratá-lo, torná-lo tecnocrático. E temo que isso possa estar a acontecer...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre?! Não acontece nada!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... nos últimos tempos na Europa.

O futuro da Europa joga-se na Ucrânia. O futuro da Europa joga-se, agora, com um eixo de autoritários que semeia o caos no mundo — e não nos enganemos —, os aliados de Orbán...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede ao Bloco!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... são aliados de Trump e são aliados de Putin. Querem é que o petróleo esteja alto, para que Putin se financie e estão-se, absolutamente, nas tintas para aquilo que sofrem as populações, que têm de pagar a gasolina mais cara e que lhes custa mais caro chegar ao local de trabalho. Neste momento, no Conselho Europeu, é este desafio enorme que o Sr. Primeiro-Ministro e os seus homólogos dos outros governos, terão pela frente.

Em primeiro lugar, deixar claro que a Europa não precisa apenas reagir perante os mercados. Pode, também, muitas vezes, moldar e criar mercados. O Sr. Primeiro-Ministro, não deseja, aqui em Portugal, introduzir margens sobre lucros — discutimos isso ainda há pouco —, mas tem colegas da sua família política que estão a fazer exatamente isso, porque perceberam que a situação é uma situação de emergência. Fale com o Presidente do Conselho, António Costa, e pergunte-lhe se ele não está arrependido por ter achado que, durante demasiado tempo, a inflação era temporária, que não era preciso reagir tanto e não ter aplicado as medidas que deveria ter aplicado.

Em segundo lugar, o Estado de direito. A Europa, mas, em particular o Conselho Europeu, nada fizeram sobre a ameaça ao Estado de direito.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — E reformas?! Não gostas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Esperemos que sejam os cidadãos húngaros a, finalmente,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede ao Bloco! Grande amigo do Órban!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... tratar isso no próximo dia 12 de abril, e que haja quem respeite a decisão dos cidadãos húngaros. Porque Putin já mandou os seus conselheiros eleitorais para ajudar o amigo Orbán,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Bloco!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e vocês estão do lado de Putin.

Mas é essencial garantir que, inclusive também na própria Ucrânia e em todos os países do alargamento, finalmente, os tratados são revisitados e os regulamentos deixam claro que nenhum cêntimo dos cidadãos europeus pode ser para financiar governos que, ao mesmo tempo, desfazem o Estado de direito na União.

Em terceiro lugar, a questão da autonomia estratégica da Europa. Podemos ter muitas palavras bonitas, podemos dizer que muita coisa é inaceitável, mas, enquanto continuamos a deixar passar, ela não é inaceitável. O comissário Kubilius, até aqui, nesta Casa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É espetáculo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... promoveu, recentemente, a ideia da criação de um Conselho Europeu de Defesa,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sim, sim! Com o exército também!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... no qual estivessem não só os Estados da União, mas também a Noruega, o Reino Unido, a Islândia e outros.

Pergunto-lhe, diretamente, se estamos dispostos a dar passos na construção dessa comunidade,...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do Livre.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É o choradinho de borla!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tem lá calma! Não te enerves!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Não vivem sem nós!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que fixação, pá!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, é verdade que, em muitos momentos, temos a sensação de que a União Europeia é altamente burocrática e, portanto, não transporta, para a rotina e o quotidiano das pessoas, as suas preocupações. Mas sendo este um projeto complexo, com 27 Estados, com 27 governos, com 27 opiniões públicas, ainda acredito, mesmo assim, que conseguimos tomar decisões, em conjunto, que têm depois repercussão na vida dos países e, portanto, na vida, também, dos cidadãos e das suas instituições. É o que me parece que ainda podemos fazer a propósito das crises da energia.

Há uma componente que o Sr. Deputado destacou, que é uma componente dos Estados-Membros, em que vários já tomarem medidas, como também referiu, independentemente das famílias políticas a que os governos pertencem. Nós também tomámos as nossas, mas há decisões que vão desde impedir ou estabelecer determinados limites a margens de fixação de preço, até à possibilidade de impor que o aumento dos preços possa ocorrer apenas uma vez por dia — vejam bem, há Estados-Membros que têm esse tipo de decisão. Há muitos Estados-Membros que estão a fazer trabalho de inspeção e verificação, como também estamos a fazer, da aplicação de comportamentos especulativos. Há muitos Estados, ou alguns Estados, que estão a reduzir temporariamente a carga dos impostos. É também nesse grupo que nos integramos.

Mas acompanho o Sr. Deputado relativamente à necessidade que a Europa tem de ter um quadro guia para todo o espaço da União, e que se aplica a todas as circunstâncias, às circunstâncias de normalidade e também às circunstâncias de crise de preços.

É essa, neste momento, a nossa expectativa relativamente à posição da Comissão, seja através do acionamento do mecanismo europeu para a gestão de crises, que passa por adotar medidas temporárias de fixação de preço para a comercialização, nomeadamente, para consumidores domésticos e para pequenas e médias empresas, seja pelo regime excecional de auxílios de Estado, destacando algumas limitações, mas dando aos Estados-Membros a possibilidade de poderem tomar medidas que, em condições normais, não poderiam.

Há uma coisa que a Portugal interessa muito: que as políticas que são observadas, em momentos de crise, não coloquem em causa aquelas que são as coordenadas principais da estratégia, a estratégia de valorização da energia renovável, a estratégia de valorização daquilo que tem sido...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Deputado Alfredo! Obrigado! Assim está bem, Deputado Alfredo!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, o melhor contributo do Governo e da União Europeia para combater a escalada de preços de bens e serviços essenciais, seria intervir para acabar com a guerra no Médio Oriente.

Ora, pergunto: o que é que o Governo vai fazer, junto da União Europeia? Vai continuar a contribuir para alimentar esta loucura, ou vai intervir para pôr fim à guerra?

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Vai tomar alguma iniciativa para a condenação da agressão militar dos Estados Unidos e de Israel ao Irão, ou vai manter-se submisso aos Estados Unidos? E sobre a Palestina, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo e a União Europeia vão continuar a fazer de conta que não está em curso um genocídio?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a Ucrânia?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Além da morte de milhares de palestinianos, Israel continua a expandir colonatos e a expulsar os palestinianos das suas casas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Israel! Israel!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Pergunto: que iniciativa vai tomar, na União Europeia, para travar a agressão de Israel e garantir, ao povo palestiniano, a concretização do seu Estado, conforme inúmeras resoluções da ONU (Organização das Nações Unidas)?

As consequências da guerra no Médio Oriente atingem o povo com mais aumentos de preços de combustíveis, o cabaz alimentar com o preço mais elevado de sempre, a ameaça de agravamento das taxas de juros do crédito à habitação, esmagando as famílias.

*O Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa bateu com a mão na testa.*

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: é desta vez que o Governo vai intervir nas instituições europeias para proteger as famílias e evitar a subida das prestações à banca? Ou, mais uma vez, vai submeter os interesses do nosso povo às ordens da União Europeia e de quem nela manda?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH) : — Com o PCP era governar maravilhosamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, é criminoso e desumano o bloqueio económico dos Estados Unidos a Cuba,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Cuba não é do PCP!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... impedindo a chegada de combustível, de bens alimentares e até de medicamentos básicos. Que iniciativa vai tomar o Governo para que sejam cumpridas as numerosas resoluções da ONU que condenam este bloqueio?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Alfredo Maia usou, várias vezes, a expressão «desta vez» e eu ainda pensei que era, desta vez, que o Sr. Deputado se ia referir à Ucrânia,...

**Vozes do PSD**: — Eh!

*Aplausos do PSD e risos do CH.*

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Esta foi bem metida!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e ia repudiar a agressão da Rússia e dar o apoio incondicional à Ucrânia, que é um ponto fundamental da agenda do Conselho Europeu.

Mas não foi o caso. Não foi o caso, Sr. Deputado.

Também, não aproveitou a oportunidade, na sua intervenção, para destacar que o Governo português, efetivamente, não acompanhou e não participou, de nenhuma maneira, no espoletar deste conflito, o que não significa que não tenha, como já aqui referi, em primeiro lugar, desde a primeira hora, estado ao lado dos cidadãos portugueses que querem regressar a Portugal e querem, sobretudo, regressar a Portugal porque estão em países naquela região que estão a ser atacados pelo Irão, é por isso que querem regressar a Portugal. E não são poucos, são mais de uma dezena de países que estão a ser atacados, de forma indiscriminada, por parte do Irão, o Sr. Deputado não se referiu a isso, mas nós continuamos com processos de repatriamento daqueles que têm essa intenção.

E o Sr. Deputado também não se referiu a tudo aquilo que tem sido esse comportamento desenfreado que tem gerado mais instabilidade na região, que tem como consequência também bloqueado a navegação no Estreito de Ormuz e, por via disso, bloqueado a comercialização de produtos, o que depois tem implicação no aumento do custo de vida das famílias. Portanto, radica também muito aí a escalada de preços dos produtos petrolíferos e, por via dela, impacta nas necessidades mais básicas das pessoas.

Mas, Sr. Deputado, nós vamos para o Conselho Europeu também para poder contribuir para a retoma da via diplomática e negocial para este conflito, como já fizemos a propósito da questão da Ucrânia e como fazemos na questão de Gaza.

Sr. Deputado, a União Europeia deve ser um agente...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado... O Sr. Deputado Alfredo Maia ainda tem tempo, está a pedir a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não, não pode!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Mas, ó Sr. Deputado Alfredo Maia, penso que o modelo do debate é de ronda única, por isso... aliás, ainda há pouco a mesma questão se colocou com o Chega, quando eu, erradamente, ia dividir as perguntas em duas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — De maneira que passamos agora ao CDS-PP.  
Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu ia pegar exatamente na resposta que foi interrompida pela contagem do tempo do Sr. Primeiro-Ministro, que estava a dizer «a União Europeia é agente». E acho que é importante concretizar, relativamente a duas dimensões do que se passa no Médio Oriente.

Há certamente uma dimensão que nos preocupa a todos, que é a dimensão comercial e, conseqüentemente, a dimensão económica, com o fecho do Estreito de Ormuz e com as conseqüências que isso tem. E é importante dizer — e já o disse o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira também — que fez bem Portugal e fez bem a União Europeia em não alinhar numa lógica de acrescentar ao conflito um novo conflito, agora a propósito do Estreito. Mas a União Europeia também não pode não ter uma ação relativamente a esta matéria. Este bloqueio é trágico para a União Europeia, portanto, a União Europeia tem de ter, seja pela via diplomática que o Sr. Primeiro-Ministro estava a desenvolver, seja por outra via, uma resposta a esta realidade, e é importante que no Conselho se discuta isso.

Depois, a questão humanitária. Não pode, este tipo de intervenção, resultar para a população — e, neste caso, para o povo do Irão — numa mudança de Aiatola e mais nada do que isso. E é importante também que a União Europeia tenha uma palavra clara sobre esta matéria.

E aqui relembro também a questão da Venezuela. Temos de lembrar aqui que na Venezuela, neste momento, ainda há presos políticos, que na Venezuela ainda há presos políticos de nacionalidade portuguesa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e que na Venezuela há ex-presos políticos de nacionalidade portuguesa que foram libertados, mas não na totalidade, porque estão sujeitos a medidas que são inaceitáveis numa realidade que é aquela que todos defendemos, do ponto de vista dos direitos humanos. Portanto, é esta dimensão humanitária da União Europeia e do posicionamento europeu que é importante também que o Sr. Primeiro-Ministro possa desenvolver.

Depois, sobre o Pacto em matéria de Migração e Asilo, o Sr. Primeiro-Ministro já teve a oportunidade de responder ao meu líder parlamentar no debate anterior, mas quero dizer também que é importante, no contexto europeu, que todos os partidos assumam as responsabilidades como Portugal está a assumir, porque só no 3.º trimestre do ano passado, das 120 000 ordens de saída no contexto europeu, só 34 000 é que foram cumpridas. Portanto, é fundamental assegurar que todos os Estados-Membros assumam as suas responsabilidades, para não andarem uns países a fazer o trabalho mais difícil, no rigor que é necessário em todo o contexto europeu, e outros, como Espanha, a servirem como porta para entrar toda a gente.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, o Sr. Deputado destacou o trabalho de acompanhamento que nós temos vindo a fazer como agentes, à escala internacional, na promoção da paz, na promoção da resolução dos conflitos naquilo que é a nossa capacidade, e nós fazemo-lo à escala da Europa e, já agora também, deixe-me dizer-lhe, à escala bilateral.

O nosso Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, além da participação no Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia, estabeleceu contacto direto com todos os países afetados pelos recentes ataques do Irão. Contacto direto, do ponto de vista não apenas da salvaguarda dos interesses dos cidadãos portugueses que lá estejam, mas também da disponibilidade para contribuir política e diplomaticamente, para ajudar naquilo que for necessário do ponto de vista da solidariedade, do estabelecimento do diálogo que possa evitar novos ataques. Estamos a falar da Arábia Saudita, da Jordânia, do Bahrein, da Turquia, do Catar, dos

Emirados Árabes Unidos, de Omã, do Koweit, Iraque, Azerbaijão e, não menos importante, do Chipre, um Estado da União Europeia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, além da dimensão coletiva, nós temos uma dimensão bilateral, que é, no fundo, também o contexto da nossa diplomacia tradicional e histórica de um País que tem quase 900 anos de história, precisamente de contacto e de promoção de pontes.

Depois, Sr. Deputado, o Sr. Deputado disse, e é verdade, que o bloqueio no Estreito de Ormuz tem vindo a provocar uma disrupção no preço e na oferta de petróleo e que tem uma responsabilidade. Nós temos defendido um restabelecimento da circulação e temos defendido, naturalmente, que possa haver a maior contenção possível em todos os envolvidos. Agora, nós sabemos qual é o limite daquilo que é a nossa ação!

Sr. Deputado, por falar em limite, há coisa que não encontra limite: a nossa disponibilidade para defender os cidadãos portugueses.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E aqueles que mencionou, que estão na Venezuela, aqueles que já foram libertados, mas estão altamente condicionados, aqueles que ainda não foram libertados, estão no centro da nossa atenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos estado em contacto permanente, permanente, com as autoridades venezuelanas, com as nossas instâncias consulares, com a nossa comunidade e mantendo sempre ao corrente o Sr. Presidente da República e, em particular, também o Sr. Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, há cinco dias, uma cidadã portuguesa que se encontrava como voluntária numa missão humanitária foi atacada na Cisjordânia. Não foi um incidente qualquer, foi uma hora de tortura, de roubo, de violência, de ameaça de morte; as pessoas que estavam com ela também foram atacadas; houve abusos sexuais e, segundo a imprensa israelita, pelo menos uma criança morta.

Quero-lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se já foram pedidos esclarecimentos ao Embaixador de Israel em Portugal. Se foram solicitadas garantias...

*Protestos do CH.*

... de que este grupo de 30 colonos que atacou uma cidadã portuguesa vai ser levado à justiça ou se, uma vez mais, este grupo de cidadãos, que são acusados pela ONU de serem agentes de limpeza étnica, vão passar impunes.

Depois, quero-lhe perguntar também, Sr. Primeiro-Ministro, se no quadro da União Europeia vai propor o alargamento das sanções aos grupos de colonos cujos ataques, em 2025, bateram recordes: foram mais de 1800 e, desta vez, atingiram violentamente uma cidadã portuguesa que se encontrava numa missão humanitária, numa missão pacífica.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, no dia 14 de março, atracou no porto de Sines o barco *MSC Danit*. Quero-lhe perguntar se consegue garantir que houve uma inspeção à carga do barco *MSC Danit*, que não pôde atracar em Espanha por suspeita de levar material militar com destino a Israel.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ah! Se fosse para o Irão...!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Quer dizer, vocês acabam com a alfândega, e depois...!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, sobre esta segunda questão, manifestamente não tenho informação disponível,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, nem ele tem! Inventou, mandou aquilo para o ar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... portanto, o que posso prometer-lhe é que vou recolher essa informação e fazê-la chegar ao Sr. Deputado. Não tenho nenhum registo comigo de que me possa municiar para lhe dar uma resposta.

Relativamente ao lamentável — completamente lamentável! — episódio que o Sr. Deputado aqui descreveu, a informação de que disponho não é muita, mas é suficiente para lhe poder garantir que, da parte da nossa embaixada, houve o acompanhamento da situação. Temos informação que a cidadã em causa já foi retirada e se encontra em segurança; portanto, da nossa parte, tudo aquilo que tiver de ser feito para a responsabilização desse ato absolutamente hediondo, terá de ser feito, não só por ser portuguesa, mas por se encontrar, como o Sr. Deputado disse, numa missão humanitária e por ser uma violação absolutamente grosseira, injustificada, inaceitável dos direitos mais elementares de um ser humano.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao PAN. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ainda há pouco, quando estávamos no outro debate, o Sr. Primeiro-Ministro falou da utilização da Base das Lajes e justificou também com aquilo que possa ser, por um lado, a informação que é prestada ou não pelos diferentes Estados-Membros. Mas tendo em conta que o Conselho Europeu também vai abordar esta matéria de segurança, pergunto-lhe se vai, de alguma forma, procurar também ter uma resposta não só do Conselho Europeu, mas dos diferentes Estados-Membros, para que haja uma harmonização e uma resposta mais coesa e em bloco de todos os Estados-Membros, que não isole os países, como é o caso agora de Portugal.

Por outro lado, e porque a autonomia energética também está na agenda do dia, não posso deixar de o interpelar em matéria de soberania energética, mas também de pegada ambiental. Nós tivemos o exemplo da tempestade *Kristin*, que destruiu infraestruturas absolutamente essenciais; a guerra pode também ter esse impacto. No entanto, os Estados-Membros não têm investido o suficiente para proteger as diferentes infraestruturas, tal como o PAN tem vindo a defender que é necessário fazer, incluindo no combate às alterações climáticas, que não desapareceu como pano de fundo.

Por fim, queria-lhe deixar uma última questão que tivemos oportunidade também de abordar no outro debate, em relação ao repatriamento de cidadãos portugueses, mas desta feita em relação aos cidadãos do espaço europeu. Tem havido uma vaga de abandono, precisamente porque os cidadãos europeus que se estão a deslocar do Médio Oriente não estão a trazer os animais de companhia.

**Vozes do CH**: — Nem se percebe porquê...!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Isto implica que a União Europeia, como um todo, flexibilize as regras de circulação com animais, nomeadamente fazendo substituir o plano de vacinação por declarações médico-veterinárias. Pergunto-lhe se está disponível também para levar este problema ao Conselho Europeu, tendo em conta que a segurança dos cidadãos europeus passa também pela condição de todos poderem sair em segurança, nomeadamente criando um regime excecional, como já aconteceu precisamente aquando da invasão da Ucrânia pela Rússia.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, para que fique muito claro, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não foi rigorosa...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Também não costuma ser!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quando quis descrever uma situação na qual Portugal estaria isolado. Muito pelo contrário!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito pelo contrário! A maioria dos Estados, tanto quanto é do meu conhecimento, não tem uma posição diferente de Portugal relativamente a este conflito e mesmo relativamente à utilização do seu espaço no contexto de defesa ou de contraofensiva face aos ataques que o Irão tem espoletado.

E, francamente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, enfim, nós temos um projeto comum, mas parece-me que há uma coisa que não faremos, na Europa: nesta matéria, em que mais do que em qualquer outra está em causa o âmago da soberania dos Estados — a integralidade do seu território, a informação sensível de segurança —, não só não vamos ter informação sobre tudo aquilo que aconteceu nos outros Estados, como os outros Estados também não terão toda a informação... talvez, dos mais transparentes ou o mais transparente seja mesmo Portugal. Isto para lhe dizer que a posição de fundo não há de ser muito diferente, mas não é possível haver, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui sugeriu, uma conformação de posição, porque não vai haver uma partilha de informação: nós não temos a certeza de que pedidos é que foram feitos aos outros Estados, qual foi o contexto desses pedidos, quais são as relações, até contratuais, que unem esses Estados-Membros aos Estados Unidos.

Relativamente às alterações...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, debater o Conselho Europeu não pode ser apenas um exercício formal, tem de ser, acima de tudo, um momento de responsabilidade política e de clareza perante os portugueses.

A verdade é que a Europa enfrenta desafios sérios, nomeadamente a competitividade económica, a coesão territorial, os conflitos bélicos na Ucrânia e no Irão e, associada a estes conflitos, como disse há pouco, está a escalada dos preços.

Por isso, é fundamental que o Governo diga o que vai defender, com que prioridades e com que resultados espera regressar, porque acompanhar a construção europeia não é um dever burocrático; é, como todos nós sabemos, um compromisso democrático.

A Europa só faz sentido se responder aos desafios presentes e futuros e isso é algo que todos nós devemos exigir.

Por isso, deixo-lhe aqui duas perguntas muito diretas, Sr. Primeiro-Ministro, no que diz respeito à segurança e defesa europeias. Gostaria de saber que passos concretos serão dados para reforçar a economia estratégica da União Europeia, se a União Europeia estará preparada para responder a um eventual alargamento dos conflitos e que papel da cooperação com a NATO existe neste contexto.

Por último, gostaria de saber que posição comum está a União Europeia a construir para promover um cessar-fogo no Médio Oriente, se é que isso está em cima da mesa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, a questão que colocou permite-me, de alguma maneira, responder a uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Rui Tavares, que tem a ver, no fundo, com o alargamento da base institucional de organização da Europa, do ponto de vista da estratégia de defesa.

Nós temos uma União Europeia com 27 Estados, temos 23 desses Estados a integrarem a NATO e temos, neste momento, uma entidade, vamos chamá-la assim, informal, que foi criada precisamente no contexto do processo de paz da Ucrânia — a Coligação de Vontades, como é designada —, da qual fazem parte países como a Islândia, a Noruega, o Reino Unido, a Turquia, e que alargam, por via disso, uma estratégia que pode ser uma estratégia de base continental.

A conciliação entre a Aliança Atlântica, o espaço da União Europeia e esta Coligação de Vontades é um desafio enorme que temos pela frente. Eu defendo que devemos aprofundar esta interação e mecanismos de solidariedade. Eu defendo isso! Sinceramente, acho que isso pode contribuir para o aprofundamento de uma base de paz na Europa e de preparação para o contributo que a Europa, enquanto bloco político, pode dar no contexto internacional.

Não tenho nenhuma, digamos, proposta concreta para ver como é que institucionalmente isso se pode fazer nesta fase.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa ordem do dia, que foi longa.

Despeço-me do Governo e informo os Srs. Deputados que amanhã o Parlamento reúne às 15 horas, com uma ordem do dia que está, como de costume, disponível nos suportes institucionais da Assembleia da República, mas chamo a vossa atenção para o facto de, às 15 horas, haver votações.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 57 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.